

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

NICOLE BARBOSA DE ARAUJO

JUVENTUDE E RESISTÊNCIA:
O *funk* como forma de expressão dos(das) jovens da periferia

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

NICOLE BARBOSA DE ARAUJO

JUVENTUDE E RESISTÊNCIA:
O *funk* como forma de expressão dos(das) jovens da periferia

Dissertação de apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

SÃO PAULO

2018

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e.mail: _____

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

A663J Araujo, Nicole Barbosa de
 JUVENTUDE E RESISTÊNCIA: O funk como forma de
expressão dos(das) jovens da periferia /
NicoleBarbosa de Araujo. -- São Paulo: [s.n.],
2018.
 106p ; cm.

 Orientador: Maria Beatriz Costa Abramides.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.

 1. periferia. 2. juventude. 3. funk. 4. questão
racial. I. Abramides, Maria Beatriz Costa. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.
III. Título.

CDD 360

São Paulo, ____/____/____.

Banca Examinadora:

Dedico esse trabalho aos jovens de Itapevi, com os quais convivi entre 2013 e 2017 e que motivaram tantos sorrisos, tantos afetos e tantos porquês...

Dedico especialmente à memória dos que foram assassinados naquele período, o que ainda nos causa tanta tristeza e revolta...

Seguirei denunciando a bárbarie do capitalismo, sonhando e construindo uma sociedade livre e emancipada!

Do 1º semestre de 2016 ao 1º semestre de 2018 (mês de fevereiro), contamos com bolsa de estudos parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundamental para a realização deste Mestrado.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo apoio e compreensão. Agradeço a minha mãe Elza, por todo o suporte, amor e por sempre fazer mais do que deveria para garantir a alegria e bem-estar de todos nós. Aos meus sobrinhos lindos Davi, Benjamim e Bernardo, por tantas alegrias e aprendizados. Aos meus irmãos Lucas e Lúcio e às minhas cunhadas Gabriela e Kamila pelo incentivo e pela amizade.

Ao meu querido William, pelo carinho, cuidado e delicadeza de sempre. Obrigada por me proporcionar tanta leveza e amor e por todos os sonhos que temos sonhado juntos.

Aos meus amigos queridos: Nayara, por tudo que já vivemos juntas, pelo apoio e afinidade; Cecília e Domingos, pela alegria renovada a cada encontro e por me agradecerem com um presente tão grande e especial, ser madrinha do Vinícius; à querida Amanda pelo companheirismo e pelas risadas; às minhas lindas Letícia, Lívia, Jaqueline, Isabela e Regiane, por todos os encontros, pela sinceridade, pelas trocas, obrigada por serem maravilhosas! Ao Borges, pelo incentivo e por todas as nossas discussões! À minha grande amiga, a quem tanto admiro Micaela, pelo carinho de sempre. Vocês são lindos presentes da vida!

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e aos professores – Carmelita Yazbek, Lúcia Barroco, Antônio Rago Filho e Antônio Carlos Mazzeo – pela oportunidade de crescimento e aprendizado.

À minha mais importante companheira do mestrado – Ana Léa, obrigada pelas trocas, por ser uma pessoa tão linda, e por ser essa força em forma de mulher!

Às professoras Maria Lúcia Martinelli e Taís Pereira de Freitas pelas considerações tão fundamentais em minha Banca de Qualificação. Toda a minha admiração por essas grandes mulheres!

À Beatriz Abramides, por tudo! Obrigada por orientar esse trabalho de maneira precisa e comprometida, pela autonomia que sempre me deu e por todas as contribuições tão importantes! Sua trajetória é uma grande inspiração!

Ao Neam, espaço de tantos diálogos e onde pude vislumbrar os caminhos dessa pesquisa! Em especial às queridas Roberta Frida, Nathália e Dôra! Vida longa ao Neam! Que siga resistindo e produzindo tantos debates ricos e importantes!

Ao Coletivo Ampliações, pela resistência e posição firme dentro da categoria!

À gestão “Ampliações: Trilhando a luta com consciência de classe” do Cress São Paulo, pela militância aguerrida, por me ensinar a ser mais forte e

resistente e por me proporcionar amadurecimento político. Agradeço a todas as diretoras e diretores, e em especial à Kelly Melatti, pela dialeticidade que lhe transborda e pelo conhecimento, delicadeza e honestidade compartilhados e a Talita Catosso e Cristina Santana, pelos posicionamentos, pelos risos, pela parceria e pela vida *loka*.

À equipe do Serviço de Medidas Socioeducativas do Creas Itapevi, com os quais construí e reconstruí tantos saberes. Roberto e Carla, vocês foram e continuam sendo grandes parceiros.

Aos jovens sujeitos dessa pesquisa, pela oportunidade de convivência e pela sabedoria compartilhada.

“A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda violência, e possam gozá-la plenamente.”

Leon Trótsky

RESUMO

ARAUJO, Nicole Barbosa de. *Juventude e Resistência: O funk como forma de expressão dos(das) jovens da periferia*. 106f. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

Compreender a relação estabelecida entre a juventude negra e pobre da periferia e o lazer e a cultura, por meio do universo artístico-cultural do *funk* é o objetivo deste estudo. Nessa direção, serão privilegiadas a discussão referente à constituição e realidade atual da periferia, considerando a questão racial como elemento estruturante do capitalismo brasileiro, bem como a implantação da agenda neoliberal no Brasil, projeto continuado pelos governos petistas, nos treze anos em que permaneceram no poder. A partir de tais análises, será proposto o debate sobre a vida cotidiana dos jovens da periferia, e elementos que qualificam a reflexão sobre as expressões culturais juvenis, adentrando a diversidade do universo do *funk*, que abrange desde a vertente “ostentação” e “proibidão”, até o “*funk* consciente” e aquele que canta a resistência das mulheres transexuais. Também serão debatidos o conceito de juventude, bem como os elementos para a reflexão da dimensão educativa do trabalho do assistente social com jovens da periferia. A dissertação também contempla a análise da realização de um Grupo Focal com jovens no município de Itapevi, os quais apresentaram diversas ponderações acerca do cotidiano dos jovens e do universo do *funk*.

Palavras-chave: periferia; juventude; funk; questão racial.

ABSTRACT

ARAUJO. Nicole Barbosa de. *Youth and Resistance*: Funk was a way of expression of young people from the periphery. 106p. Dissertation (Master's degree). Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

Understanding the relation between black and poor youth from the periphery with leisure and culture, through the artistic and cultural universe of funk is the purpose of this study. In this way, the discussion regarding the constitution and current reality of the periphery will be privileged, considering the racial questions as a structuring element of Brazilian capitalism, and also the implantation of the neoliberal agenda in Brazil, a project continued by the PT governments, during the thirteen years they remained in power. From such analysis, a debate about the daily life of the youth of the periphery will be proposed, and elements that amplifies the reflection over the cultural expressions from young people, entering into the diversity of funk's universe, ranging from the style "ostentação" and "proibidão", until the "funk consciente" and the one that sings the resistance of transsexual women. The concept of youth and the elements for a reflection over work's educational dimension of the Social Worker next to periphery's youth also will be discussed. The dissertation also contemplates an analysis of the realization of a Focus Group with young people at the city of Itapevi, who presented several considerations about the daily life from the young people and from the funk universe.

Keywords: periphery, youth, funk, resistance, racial issue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I ENTRE A SEGREGAÇÃO E A RESISTÊNCIA: COMO SOBREVIVE E A JUVENTUDE DA PERIFERIA.....	16
1.1 Considerações iniciais sobre a formação e atualidade das periferias: uma história de raça e classe.....	16
1.1.1 <i>A questão racial como elemento estruturante do capitalismo brasileiro.....</i>	17
1.1.2 <i>A ofensiva neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990.....</i>	24
1.2 A ausência do Estado: a periferia segue esquecida.....	27
1.3 O encarceramento e o genocídio da juventude negra: A periferia segue sangrando.....	35
CAPÍTULO II O <i>FUNK</i> COMO POSSIBILIDADE DE EXPRESSÃO: A VOZ QUE ECOA DA JUVENTUDE PERIFÉRICA.....	43
2.1 O <i>funk</i> na vida cotidiana da periferia.....	43
2.2 O <i>funk</i> ostentação: uma reinterpretação do <i>funk</i> em São Paulo.....	50
2.3 O <i>funk</i> consciente: a voz crítica do <i>funk</i>	55
2.4 A diversidade de expressões do <i>funk</i>	60
2.5 A criminalização do <i>funk</i> :	64
CAPÍTULO III A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL, A JUVENTUDE DE ITAPEVI E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O UNIVERSO DO <i>FUNK</i>	68
3.1 Juventudes!.....	68
3.2 A dimensão educativa do Serviço Social e o atendimento à população jovem.....	72
3.3 O fluxo do <i>funk</i> em Itapevi.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	99
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

A vida cotidiana dos/das jovens da periferia é permeada por elementos que refletem as particularidades de sua condição e lugar na sociedade capitalista contemporânea: a inserção na economia, a localização geográfica em que a vida é reproduzida, a atenção do Estado para as demandas e reivindicações desses jovens e suas famílias, o olhar construído socialmente sobre eles, a maneira como esses seres sociais se expressam e se fazem notar, sua organização, entre outros. O trabalho iniciado aqui, se propõe a refletir sobre uma expressão artística e/ou manifestação sociocultural que vem tomando espaço cada vez mais expressivo na vida dos/das jovens da periferia de várias regiões do Brasil, e no caso do Estado de São Paulo – principalmente a região Metropolitana da cidade de São Paulo, a partir de meados dos anos 2000 – o *funk*.

O *funk* pode ser definido como um estilo musical produzido e ouvido pela juventude da periferia, no entanto, ao direcionar o olhar para as relações estabelecidas em seu entorno e a proporção de seu impacto nas vidas dos seres sociais envolvidos em sua produção e usufruto, é possível afirmar que se trata de um movimento cultural que influencia o modo de viver e a construção da identidade dessa parcela da população. Impossível ignorar ainda as incorporações que o mercado fonográfico e outros segmentos do mercado fazem com o *funk*, transformando-o em mais um produto que gera lucro e que hoje é consumido – com todas as determinações de uma mercadoria – em camadas sociais e espaços geográficos diferentes daqueles que o produziram originalmente.

Este trabalho não tem a finalidade de realizar a defesa do *funk* em si mesmo, nem avaliar suas propriedades, características técnicas musicais e seus elementos sonoros. O objetivo é entender e refletir sobre os sujeitos sociais que o constroem, como e por que constroem e os elementos que lhe conferem o status de movimento cultural e artístico de determinada parcela da população, e as construções sociais expressadas por outros segmentos da população sobre ela, trazendo à tona, elementos que podem influenciar nessas

construções como segregação, discriminação, racismo, precarização, ideologia, entre outros.

A juventude à qual se volta a presente análise está localizada no interior da classe trabalhadora, como filhos e filhas de trabalhadores e uma parcela dela, já inserida no mercado de trabalho. O caráter dessa inserção é importante para a compreensão das condições de vida dessa juventude na periferia, pois ela se dá de forma extremamente precarizada, alicerçada na terceirização, nos contratos temporários, no trabalho informal, com baixíssimos salários e alto índice de rotatividade. Outra marca fundamental das periferias é a ausência do poder público na garantia dos serviços básicos necessários à população: educação, saúde, saneamento básico, iluminação e transporte públicos, entre outros. A presença do Estado na periferia se faz por via da política de segurança pública, com uma ação travestida de repressão à criminalidade e ao tráfico de drogas, porém, tem servido para oprimir, encarcerar e assassinar os jovens pobres e negros, em ações higienistas, racistas e genocidas comandadas pelas altas cúpulas dos poderes executivos. Nesse contexto tão adverso, como é possível compreender os lugares do lazer, da arte, da música na vida dos jovens?

A aproximação com a temática da pesquisa se deu ao longo da trajetória profissional da pesquisadora como assistente social, no acompanhamento de grupos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto¹ em serviços diretos do poder executivo de dois municípios da região metropolitana de São Paulo a partir de 2013, Cotia e Itapevi. A convivência, a aproximação com os jovens e suas famílias e a busca pela construção de propostas de trabalho que os atraíssem e envolvessem nas atividades ofertadas pela instituição possibilitaram o contato frequente com o universo artístico-cultural do *funk*, bem como, com o estigma e preconceito em torno dele. Partiu-se da necessidade de buscar o aprofundamento da temática e as bases teórico-metodológicas para compreender tal realidade.

¹ Medidas Socioeducativas em Meio Aberto são medidas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), aplicáveis a adolescentes que cometeram algum ato infracional. Existem as Medidas Socioeducativas de Meio Fechado, executadas no Estado de São Paulo pela Fundação Casa, antiga Febem. As de “meio aberto” são executadas pelos municípios, resumindo-se principalmente na liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

O *funk*, produzido e ouvido há muitos anos no Rio de Janeiro, chegou a São Paulo em finais da década de 2000, num momento de expansão da chamada classe média, de aquecimento econômico e de popularização da internet e influenciado por esses e outros fatores, se gestou num estilo próprio e original, conhecido como “*funk* ostentação”. Marcado pela valorização de marcas famosas, carros de luxo, festas, joias e dinheiro, expresso nas letras, nos videoclipes, no estilo dos artistas. Trata-se de um dos segmentos mais popularizados do *funk*, ainda que existam outras vertentes. Outros estilos de *funk* são produzidos e apreciados em São Paulo, como o “proibidão”, estilo caracterizado por ter como tema as questões ilícitas, ligados à criminalidade, com referência ao uso de substâncias psicoativas e à sexualidade explícita e uma vertente cada vez mais forte, o chamado “*funk* consciente”, que busca fazer uma crítica à sociedade, ao sistema político, à violência policial, entre outros temas.

O Estado e a mídia cumprem o papel de criminalizar e divulgar uma descrição reducionista e enviesada do *funk*, e tem mobilizado a opinião pública na perspectiva de proibição e desqualificação de tudo o que se relaciona à temática. O *funk* produzido e ouvido pela juventude pobre e negra da periferia desde os anos 1990, e na atualidade, segue como objeto da política penal, com um arcabouço legal oficial na busca de regulamentar, mas principalmente enquadrar – por meio de legislações em âmbito municipais, estaduais e federal –, proibir e reprimir uma forma de expressão de uma determinada parcela da juventude trabalhadora.

O município de Itapevi, situado na Região Metropolitana de São Paulo, é um território que expressa as contradições dos espaços urbanos marcados pelo avanço do capital. A juventude que vive e se reproduz socialmente neste espaço vivencia tais contradições cotidianamente, e encontra no *funk* uma possibilidade de se expressar e resistir à não existência de políticas públicas, ao processo de invisibilização e de criminalização de tudo o que é produzido pela periferia.

O presente estudo científico foi desenvolvido e apoiado no referencial teórico materialista histórico-dialético, e sua primeira fase se constitui de uma pesquisa bibliográfica que teve como ponto de partida o levantamento

bibliográfico e documental que abordam diversos conceitos e categorias fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. A segunda parte da pesquisa consistiu em entrevistar jovens representantes da faixa etária de 16 a 20 anos residentes no município de Itapevi. Nesse momento da pesquisa, a pesquisadora utilizou a metodologia de entrevistas coletivas com os jovens, que foram gravadas, transcritas e analisadas em suas dimensões de expressões, opiniões, informações, saberes e trajetórias narradas coletivamente. Tal metodologia é conhecida como Grupo Focal e é utilizado na pesquisa social quando se deseja privilegiar o debate como forma de compreender as opiniões expressadas por determinado grupo.

Desse modo, o presente trabalho, se divide em três capítulos, que têm por objetivo traçar uma trajetória da pesquisa ora apresentada.

No Capítulo I são apresentadas discussões mais gerais e de fundo, como a reflexão sobre os períodos históricos do pós-Abolição e a ofensiva neoliberal no Brasil, processos fundamentais para a compreensão da atual configuração da periferia da Região Metropolitana de São Paulo e do município de Itapevi. E a atuação ineficiente do Estado na oferta de serviços públicos mínimos e na promoção do acesso da população ao chamado “direito à cidade”, bem como a atuação eficaz do mesmo Estado com sua força policial na repressão ao tráfico de drogas, trazendo à tona o encarceramento e o genocídio da juventude pobre e negra da periferia.

No Capítulo II, o objetivo foi apresentar o *funk* como uma possibilidade de expressão legítima da juventude da periferia. Refletindo a partir da vida cotidiana na periferia, foram objeto de reflexão algumas das várias vertentes do *funk*, desde a ostentação, consciente, proibidão, entre outras, assim como a discussão sobre o processo de criminalização sofrido pelo *funk*, como continuidade de um processo histórico de criminalização das expressões socioculturais da população negra e pobre.

No Capítulo III foram tecidas reflexões sobre a juventude, sua localização conceitual e parte do debate sobre ela. Em seguida, foram apresentados elementos fundamentais sobre a educação e o trabalho educativo do Serviço Social com a juventude pobre e negra da periferia e, por fim, expostos os debates tecidos no grupo focal realizado com os jovens do

município de Itapevi, abordando questões importantes relacionadas ao tema de estudo.

Ao final foram retomadas as questões principais abordadas na dissertação, a importância do presente estudo, os elementos mais relevantes da pesquisa de campo, assim como novas perspectivas e pontos de interesse para novas investigações.

CAPÍTULO I ENTRE A SEGREGAÇÃO E A RESISTÊNCIA: COMO SOBREVIVE A JUVENTUDE DA PERIFERIA

É ensurdecedor o brado que emana da goela do inferno – logo ali, em torno da grande cidade. Vem em ondas concêntricas e vai tomando as zonas centrais, as circunvizinhanças dos ricos condomínios, as universidades – um brado que fede, que arde, que sangra, que dói –, carregado de miséria, de fome de desemprego, de desabrigo, de violência, de crueldade, de álcool, de drogas, de estampidos e de carências (de oportunidades, de educação, de saúde, de respeito, de direitos, de futuro)
(Oswaldo Faustino, 1999)².

1.1 Considerações iniciais sobre a formação e atualidade das periferias: uma trajetória de raça e classe

*Professora me desculpe/ Mas agora vou falar/ Esse ano na escola/ As coisas vão mudar
Nada contra ti/ Não me leve a mal/ Quem descobriu o Brasil/ Não foi Cabral
Pedro Álvares Cabral/ Chegou 22 de abril/ Depois colonizou/ Chamando de Pau-Brasil/
Ninguém trouxe família/ Muito menos filho/
Porque já sabia/ Que ia matar vários índios
Treze Caravelas/ Trouxe muita morte/ Um milhão de índio/ Morreu de tuberculose/
Falando de sofrimento/ Dos tupis e guaranis/ Lembrei do guerreiro/ Quilombo Zumbi
Zumbi dos Palmares/ Vitima de uma emboscada/ Se não fosse a Dandara/ Eu levava chicotada*
(Mc Carol – Não foi Cabral)³

O sociólogo e professor Octávio Ianni, afirma que nas conjunturas críticas, a nação, com suas forças sociais, é levada a repensar-se de diversas maneiras e, nesse processo, “a história esconde o segredo do presente” (2004, p. 8). Desse modo, partimos do pressuposto de que refletir a realidade concreta atual nos exige olhar para a formação do Brasil, do Estado de São Paulo, sua capital

² In: ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *HIP HOP A Periferia Grita*. s/l: Fundação Perseu Abramo, s/d.

³ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-carol/nao-foi-cabral/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

e Região Metropolitana, e suas periferias. Muitos processos seriam fundamentais para explicar a formação de tais espaços geográficos e sociais, entretanto, pela proposta da pesquisa e objeto de análise, optamos por tratar principalmente de dois processos sócio-históricos imprescindíveis para a tal empreitada: O período pós-Abolição e integração da população negra na tardia modernidade brasileira, considerando a importância de tal processo histórico pois identificamos a questão racial como estruturante do capitalismo brasileiro; e a implantação do projeto neoliberal no Brasil, que aponta a ofensiva do capital sobre o trabalho e impacta de forma definitiva a vida da classe trabalhadora de modo geral.

1.1.1 A questão racial como elemento estruturante do capitalismo brasileiro

A partir de análises marxistas⁴ da história do Brasil, é possível afirmar que até o início do século XIX, todos os avanços e transformações ocorridas no país se deram com base no trabalho escravo, inicialmente do povo nativo – os indígenas e logo em seguida, ainda no século XVI, dos negros africanos trazidos através do Atlântico⁵. O trabalho escravo foi utilizado desde a extração de madeira, até os ciclos da cana de açúcar e do café, entre outras atividades econômicas. De acordo com Prado Jr. (2012), em finais do século XVII e início do século XVIII, o tráfico de seres humanos escravizados da África para o Brasil se constituía como o ramo mais importante do comércio de exportação do país.

⁴ Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira, lida-se principalmente com as relações os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais da vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República. Sem deixar de levar em conta as peculiaridades desta ou daquela conjuntura, circunstância, situação, a pesquisa busca descobrir os contornos e os movimentos que caracterizam as principais configurações históricas da vida nacional. Assim, os fatos gerais e singulares adquirem vida e movimento. Tanto se revelam tensos, críticos ou antagônicos como ganham sentido, forma e direção (IANNI, 2004, p. 51).

⁵ De acordo com Prado Jr. (2012), não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros africanos escravizados ao Brasil, mas é provável que já tenham vindo na primeira expedição colonizadora em 1531.

Não há números precisos, mas estima-se que mais de 5 milhões de africanos tenham sido trazidos ao Brasil para serem escravizados. Apesar de muito se relatar na “história oficial”⁶, escrita por brancos representantes das elites econômicas brasileiras – base do mito da democracia racial⁷ –, sobre como as relações entre brancos e negros na escravidão eram relações cordiais e amistosas, vale ressaltar o processo violento de sequestro e venda de seres humanos como mercadorias, sustentado por ideais hierárquicos e privatistas da sociedade. A escravidão carregava um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro, que era reconhecido como dono de natural inferioridade (BELCHIOR, 2008, p. 220). Ao contrário do que alguns autores afirmaram, os africanos escravizados não aceitaram a escravidão, e se rebelaram de inúmeras formas contra ela, desde a formação dos quilombos, as revoltas, as fugas, entre outras formas de resistência⁸. O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, que foi legal e praticada oficialmente até 1888, apesar de já estar em declínio há tempos, com fugas em

⁶ Por “história oficial” compreendemos o conjunto de fatos históricos assumidos e transmitidos por camadas dominantes da sociedade como verdades universais, mas que muitas vezes estão carregados de deturpações e/ou informações que beneficiam a imagem social desse grupo.

⁷ Conjunto de ideias propagadas por teóricos sobre as relações de harmonia entre as raças no Brasil. Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala* apresentou em sua obra o conceito de democracia racial, declarando que o Brasil vivencia esse processo, pois não sofre com o racismo na sociedade. Trata-se de um mito, já que não expressa a realidade vivenciada pelo Brasil, onde o racismo se expressa de modo escancarado e institucionalizado, basta nos atentar aos dados da violência policial, acesso ao ensino superior, acesso a moradia, como a grande mídia reproduz descaradamente o racismo, utilizando personagens negras em suas novelas – peças de grande alcance popular – sempre em papéis com uma representação estereotipada – empregadas domésticas, trabalhadores braçais, pessoas envolvidas com a criminalidade –, além de não apresentar jornalistas, apresentadores e artistas negros em seus programas de alcance nacional, ou o fazer de maneira quase insignificante. De acordo com Fernandes, “a ideia de que o padrão de relações entre brancos e negros se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos do nosso tempo: o mito da democracia racial brasileira. Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo do escravo como ‘contendo muito pouco fel’ e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de ‘democracia racial’”. Que igualdade poderia haver entre o ‘enhor’, o ‘escravo’ e o ‘liberto’? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular, e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem social estabelecida; ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava” (1964, p. 228).

⁸ Nos Programas de Pós-graduação de História de algumas universidades do país há trabalhos sobre a resistência de homens e mulheres negros, com a fuga e formação dos quilombos, as lutas abolicionistas e outras referências da resistência do povo negro à escravidão.

massa de negros escravizados e pressão dos chamados abolicionistas, na emergência do modo de produção capitalista.

Importante salientar que não é possível delinear com precisão todas essas transformações históricas, pois essas não se deram de maneira linear e definitiva, e sim de modo gradual, juntando elementos do antigo com o novo, como já sinalizado por Yamamoto:

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma de suas particularidades históricas. O 'moderno' se contrói por meio do 'arcaico', recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. A atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita 'emergente' em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais. (2011, p. 128)

O período pós-Abolição, questão chave para a pretendida análise deste trabalho, é fundamental para a compreensão das condições atuais de vida e trabalho da maioria da população negra e da própria constituição da periferia. Segundo Florestan Fernandes, na introdução de sua obra *A integração do negro à sociedade de classes*, afirma que o fim da escravidão no Brasil ocorreu de maneira alheia a iniciativas que pudessem promover a transição dos seres humanos, que até então eram escravizados, para o regime de trabalho livre, ao mesmo tempo que desresponsabilizou os antigos escravagistas, donos de homens e mulheres escravizados, sobre a sua manutenção e segurança, bem como o Estado, sociedade e a Igreja (1964, p. 3). De acordo com o autor, homens e mulheres até há pouco escravizados, se converteram de modo abrupto “em senhor[es] de si mesmo, tornando-se responsável[eis] por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (1964, p. 3)”.

De acordo com o autor mencionado, a vinda em massa de imigrantes de todo o continente europeu para o Brasil, estimulada pelo Estado brasileiro no período, contribuiu para o processo de marginalização da população negra, pois o imigrante “absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapato, vender jornais ou verduras, transportar peixes, comércio de quinquilharias)” (1964, p. 6 e 7). Todos os estereótipos negativos atribuídos aos negros, inclusive para justificar a escravidão, como sua inferioridade em relação a outras etnias/cores e sua tendência a diversos comportamentos reprováveis, não desapareceram da sociedade com o fim da escravatura. Ao contrário, foram reforçados, pois o povo negro, que detinha todos os conhecimentos práticos e vivências do trabalho na terra, agora era excluído dessa possibilidade e também, e principalmente, dos trabalhos próprios da vida urbana, em detrimento dos estrangeiros, que eram tidos como “a grande esperança nacional de progresso por salto” (1964, p. 14), à medida que o negro representava o arcaico e ultrapassado. De acordo com Fernandes, os postos de trabalho advindos da expansão urbana e da industrialização na cidade de São Paulo, por volta de 1893, cinco anos após a abolição da escravidão, eram ocupados em mais de 82, 5% por trabalhadores estrangeiros (1964, p. 14 e 15).

No conjunto, portanto, as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-se impróprias e até perigosas para as massas de libertos, que nessa se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e durador, em escala grupal, das oportunidades novas. *Como não se manifestou nenhuma impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal.*

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1964, p. 8, grifos nossos).

Florestan Fernandes salienta que ao negro foram vedadas as possibilidades de classificação econômica por via da proletarização, no sentido da possibilidade de venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência, de modo que restava-lhe apenas “aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de homem livre” (1964, p. 15).

O autor sugere ainda, que todas as práticas sociais da população negra, como o lazer, música e religião foram desestimuladas na São Paulo em início do processo de industrialização, pois denotavam atraso, vindo a tornar-se inclusive, caso de polícia:

O impacto dessa situação externa sobre o ‘elemento negro’ é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças a ela. Contudo, ficou imobilizado, dentro de um tradicionalismo tosco e inoperante. Ambas as coisas relacionam-se, estrutural e dinamicamente, com o destino encontrado pelo negro naquele ambiente urbano. Até providências policiais foram tomadas para impedir a ‘revivescência’, à noite, de ‘antigos usos’, que perturbariam o sossego e, talvez o decoro da população branca. As perdas culturais daí resultantes não foram, porém, compensadas pela aquisição de valores alternativos. À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente das ‘tendências do progresso’. [...]

Esse exemplo [a macumba] revela duas coisas essenciais. Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sociocultural da cidade não favoreciam – ao contrário: solapavam e impediam – a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido antiurbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade (FERNANDES, 1964, p. 54 e 55).

Nesse contexto trágico para a população negra, tanto do ponto de vista objetivo e concreto, quando relativo a aspectos subjetivos e psicológicos, Fernandes aponta que há um déficit negro na cidade de São Paulo no início do século XX, e apresenta ainda os motivos de tal diminuição populacional verificadas nos índices demográficos do período. O autor define tal déficit como

um reflexo da pauperização⁹ da população negra na cidade de São Paulo, no período pós abolição, afirmando que a chamada liberação dos escravizados não melhorou a situação do homem e da mulher negra, ao contrário, “agravaram-na, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do estilo de vida do “negro” na cidade e a pauperização no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano” (1964, p. 83). As condições de vida impostas à população negra as incluía num círculo vicioso de miséria, que impactavam na saúde de modo desastroso, como a má alimentação, falta de condições sanitárias, o que diminuía a capacidade de resistência dessa população, de modo que se registrou inclusive diversas mortes em decorrência da tuberculose (1964, p. 84).

A resistência negra a todo esse processo nunca deixou de existir, e de acordo com Fernandes, na década de 1930 toma força por meio de movimentos sociais negros¹⁰, que reivindicavam a implantação plena da ordem social competitiva e a igualdade racial e marca o fortalecimento da presença da população negra na cena política e social de São Paulo.

A integração do negro à sociedade em transformação decorrente do advento do capitalismo, após mais de três séculos de escravidão¹¹, ocorreu de

⁹ Pauperismo é um conceito utilizado por Karl Marx para se referir às mazelas advindas da contradição capital-trabalho sofridas pelos trabalhadores no início da Revolução Industrial na Europa. Antes, a população empobrecida vivia em penúrias devido à escassez de recursos e alimentos; já no advento do capitalismo, a decadência das condições de vida são diretamente ligadas à lógica de produção coletiva de riqueza e da sua apropriação privada.

¹⁰ “No período de 1927 a 1945 surgiram várias associações, beneficentes, culturais ou recreativas, e muitas delas fomentaram campanhas ou realizações com objetivos práticos. Em nossos levantamentos registramos a Associação José do Patrocínio, a Associação dos Negros Brasileiros, o Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas, o Centro Cívico Palmares, o Clube Negro de Cultura Social, a Federação dos Homens de Cor, a Frente Negra Brasileira, a Frente Negra Socialista, o Grêmio Recreativo e Cultural, o Grêmio Recreativo Kosmos, a Legião Negra Brasileira, o Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura, Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara, a Sociedade Beneficente 13 de Maio e a União Negra Brasileira. Essa lista, que não é completa, deveria compreender, ainda a veneranda Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, a Bandeira Cultural Negra Brasileira e a Casa da Cultura Afro-Brasileira” (FERNANDES, 1964, p. 340 a 341).

¹¹ “Qualquer que seja a perspectiva de que consideremos a formação e a consolidação inicial do regime de classes em São Paulo, o negro e o mulato sempre surgem como vítimas indefesas de um clamoroso destino histórico. Sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão, que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. Como deixaram de ser ‘escravos’ ou ‘libertos’, não contavam mais com a solidariedade universal dos brancos. Nem com a solidariedade cúpida dos antigos senhores, para os quais perderam os interesses de sucedâneos fisiológicos da máquina. Nem com a solidariedade humanitária dos abolicionistas, para os quais não possuíam mais aquele interesse moral, que funcionava como fonte imperativa do mandato da raça negra. Perdidos uns para os outros, no estreito e sombrio mundo social, que puderam recriar para si sob a escravidão, não compartilhavam dos laços de independência, de responsabilidade e de

maneira completamente apartada da atenção do Estado e da sociedade para tal questão, é a gênese dos processos de marginalização desta população, do ponto de vista do acesso à educação e políticas públicas, da ocupação dos espaços geográficos urbanos – com o processo de favelização e o afastamento forçado das populações negras dos centros¹², além da constante renovação da associação desta população com a criminalidade, e outros estereótipos negativos associados aos negros¹³.

Kowarick também discute a temática da industrialização e urbanização da cidade de São Paulo e, ao se referir à questão de moradia do operariado, faz a seguinte afirmação:

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares. Tais fenômenos ocorrem paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais, que torna, do ponto de vista da empresa, antieconômica a construção de vilas para ‘seus’ operários, ainda mais quando, com a aceleração do fluxo migratório, acumula-se um excedente de força de trabalho na cidade. As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) conjuntamente com os gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços de infraestrutura urbana, quando existentes, para o Estado. Deste

solidariedade que integram fortemente os homens, nos pequenos ou nos grandes agrupamentos sociais. Como se nascessem naquele momento para a vida, teriam de gravitar no lodo e nele construir o ponto de partida de sua penosa ascensão ao ‘trabalho livre’. A sociedade de classes torna-se uma miragem, que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, a dignidade da pessoa humana. Como se ainda faltasse à ‘raça negra’ um degrau de purificação pelo sofrimento, reserva-lhe as amarguras da servidão invisível, mais dolorosa que a outra, por dissimular-se sob a égide da igualdade civil. Enfim, converteu-os em uma congérie à parte, no estrato inferior e o único verdadeiramente bloqueado de uma plebe em desintegração” (FERNANDES, 1964, p. 45).

¹² De acordo com Fernandes: “A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das consequências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa pois tinham um teto onde se abrigar. Um dos dos informantes mais fidedignos relata que ‘muitos não tinham onde morar’: ‘minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar’. Ao descrever o quarto que compartilhava com ambas, afirma: ‘não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas nem roupa de cama’. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente ‘negro’ podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos. Só quando conseguia boas referências é que a cedia na locação” (1964, p. 127 a 128).

¹³ “Não há dúvida de que a estereotipação negativa interfere em dois pontos centrais: 1º) ela dá o contorno da definição social do ‘negro’ e, portanto, traça as características desejáveis ou indesejáveis do ‘trabalhador preto’; 2º) ela regula a maneira pela qual o ‘branco’ põe em prática um código de avaliações e de reconhecimento de valor amplamente desfavorável ao ‘negro’ e, por conseguinte, às suas aspirações ocupacionais” (FERNANDES, 1964, p. 434).

momento em diante as 'vilas operárias' tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

A partir de então, surge no cenário urbano o que passou a ser designado como 'periferia': aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se munuiu tardiamente de instrumentos legais para poder dar mínima ordenação ao uso do solo. No entanto tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já está em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados (1979, p. 31).

Lembrando que, aos negros libertos foi negada até a condição de operariado, de modo que é possível inferir as péssimas condições de moradia dessa população, é possível afirmar que as marcas da escravidão estão entranhadas nos destinos individuais e coletivos de grupos populacionais brasileiros, tanto do ponto de vista das famílias dos senhores – donos de escravos –, quanto das famílias de negros escravizados.

1.1.2 A ofensiva neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990

Fator histórico fundamental para a compreensão da realidade atual das periferias dos grandes centros, a crise mundial do capitalismo da década de 1970, e o conjunto de medidas tomadas pelo grande capital em nível global, com o objetivo de combater a crise de superprodução e a queda tendencial da taxa de lucro, representaram uma dura ofensiva do capital sobre o trabalho.

Alves aponta que,

A partir da crise capitalista de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Nos últimos trinta anos, desenvolveu-se de modo desigual e combinado, nas mais diversas instâncias da vida social, uma intensa reestruturação capitalista com impactos disruptivos no mundo social do trabalho (2011, p. 11).

Com o objetivo de reposição do lucro, a ofensiva do capital se deu em três frentes principais: no âmbito da produção, a *reestruturação produtiva* é o novo modelo de exploração da força de trabalho, garantindo maior extração de mais-valia, por meio da terceirização e da precarização das relações trabalhistas;

casado a esse processo, há o advento do *neoliberalismo* no âmbito do Estado, com a redução dos direitos e desresponsabilização diante das mazelas da questão social, criminalização das lutas e dos movimentos e no âmbito da cultura, há a propagação das ideias *pós-modernas*, propagando o fim da história, a vitória do capitalismo e o fim dos paradigmas, tudo é considerado efêmero, fugaz e cada indivíduo é dono de si e responsável pela sua própria sobrevivência e sucesso ou fracasso.

Tal processo se consolida no Brasil já na década de 1990, logo após a conquista da limitada Constituição de 1988 que, a duras penas, garantiu direitos básicos aos trabalhadores brasileiros, mas que nem chegou a ser consolidada em sua totalidade. Como aponta Mota,

[...] na década de 1980/1990 a crise foi concebida como esgotamento de um modelo (o fordista-keynesiano), razão da proposta de menos Estado, mais mercado e a supressão das regulações do trabalho e de qualquer controle do capital, dando curso ao projeto neoliberal. Concretamente, este projeto se traduziu na generalizada privatização do Estado, com a venda de empresas estatais, a mercantilização dos serviços públicos e a redução dos benefícios da seguridade social, ao mesmo tempo que oportunizava a financeirização do capital (2012, p. 33).

O governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) já demonstrava alguma inclinação, mas a implantação do projeto neoliberal no Brasil se deu de maneira definitiva no governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que em oito anos no poder avançou nas privatizações, nas reformas trabalhistas e da previdência, com claros ataques aos direitos sociais.

O projeto neoliberal representou a derrota do movimento operário brasileiro reconstruído na década de 1980, e o aborto de um Estado de bem-estar social nacional e, acima de tudo, a vitória da burguesia liderada por sua fração rentista internacionalizada. À esta vitória, seguiu-se uma ofensiva ideológica neoconservadora (CASTELO, 2012, p. 51).

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2002, representou a concretização de lutas e projetos de parte expressiva da esquerda brasileira e, embora muitos já apontassem traços de adaptação daquele partido à ordem capitalista, no próprio processo eleitoral que elegeu Luis Inácio Lula da Silva e anteriormente, é inegável a origem histórica do partido, como aponta IASI:

O PT surgiu como expressão que uma classe que emergia de sua luta direta contra o capital, significativamente de um setor chave da ordem capitalista ligado diretamente à produção do valor: o operariado industrial. Destruindo antigas formulações sobre a impossibilidade de uma “consciência de classe típica” [...], didaticamente recolocou como sua experiência histórica concreta a passagem das lutas imediatas para lutas mais gerais, das lutas sindicais para as lutas políticas até a formação de um partido com caráter classista, anticapitalista e com uma meta estratégica socialista. O PT serviu de meio de unificação e formação de uma identidade partilhada de diferentes setores das classes trabalhadoras que nele viram se abrindo a possibilidade de assumir como seus os objetivos, a linguagem, os valores que conformavam este bloco como classe e o projeto como socialista (2006, p. 530).

Entretanto, a consolidação do partido no poder se deu como a concretização de um projeto de conciliação de classes, que não atacou a contradição capital-trabalho, nem provocou avanços significativos da democracia, com a realização de reformas estruturais necessárias, nem o rompimento com o capital internacional. Ao contrário, através do chamado neodesenvolvimentismo ou sociodesenvolvimentismo, aprofundou as desigualdades sociais entre pobres e ricos, na mesma medida em que propôs programas assistencialistas e eleitoreiros de alívio imediato à pobreza e estímulo ao consumo. De acordo com Mota,

[...] podemos afirmar que a era Lula foi palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Nota-se que na primeira etapa do seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes (2012, p. 35).

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) deu continuidade ao governo anterior, e na emergência da crise econômica que se aprofundava, em seu segundo mandato ampliou as alianças com setores da burguesia brasileira. O governo seguiu pagando os juros e amortizações da dívida (753 bi em 2012) e alardeando o Programa Bolsa Família como extratégia de combate à pobreza (18 mi em 2012)¹⁴, ampliando e estimulando os vínculos de trabalho precário e contribuindo na criminalização das lutas sociais. Não é possível negar os

¹⁴ Fonte: Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese). Os motivos da revolta popular: Um balanço crítico do governo do PT. São Paulo, 2014.

avanços no campo das políticas sociais, ainda que tenham sido programas que se inscreveram na lógica do consumo e do mercado, representaram e seguem representando acessos importantes aos trabalhadores, no entanto, são parte da lógica desenvolvimentista e não avançam na perspectiva da transformação, ao contrário.

Recentemente, com o processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff e a ascensão ilegítima de seu vice e antigo aliado – Michel Temer – ao governo têm desenhado um cenário ainda mais tenebroso para os trabalhadores brasileiros. Os retrocessos nos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores em luta e ameaças de ainda mais retiradas – como a contrarreforma da previdência – desenharam um contexto delicado, que vem exigindo respostas de setores organizados da classe, no sentido de impedir tais ataques. Alguns analistas da conjuntura brasileira têm afirmado que as recentes mudanças no cenário político se configuraram como um gigantesco retrocesso na história política do país. De fato, a frágil e recente democracia brasileira tem sido colocada em xeque, no entanto, o que alguns intelectuais têm ignorado é que as políticas que os últimos governos implementaram foram na contramão das reivindicações históricas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Não romperam com a orientação do neoliberalismo, colocando-se a serviço dos interesses do capital e garantindo algumas concessões residuais e focalistas, numa política de conciliação de classes.

A periferia das regiões metropolitanas, mesmo durante os mandatos dos governos petistas – governos eleitos com apoio de ampla base de trabalhadores e movimentos sociais – seguiu vivenciando um contexto de negação de direitos e precarização da vida. Após quase 140 anos da chamada abolição da escravidão, as marcas e injustiças advindas de tal processo não foram corrigidas, e seguem definindo destinos trágicos de muitas famílias. Veja-se dados da violência policial e do acesso a políticas públicas, como será aprofundado mais adiante.

1.2 A ausência do Estado: a periferia segue esquecida

*Quando comecei passava mó dificuldade/ E
lá em casa era fora de realidade/ É*

*revoltante eu sei, senti o gosto do veneno/
Até meus 13 anos de idade não tinha
banheiro/ E lá em casa as paredes eram de
madeira/ Lembro como se fosse agora
quando abri a geladeira/ Não tinha nada pra
comer e a barriga vazia*

(Mc Daleste – Minha História)

Mc Daleste, nome artístico de Daniel Pedreira Senna Pellegrine, nasceu na periferia, numa favela do bairro da Penha, na Zona Leste de São Paulo. Com a sua forma de compor e cantar, marcada pela oralidade e por uma linguagem simples, a condição de vida da criança/jovem é mostrada no *funk* da epígrafe acima, desvelando diversas expressões da contradição capital/trabalho: fome, condição precária de moradia, ausência de saneamento básico e pobreza. Trata-se de um retrato da vida urbana nas periferias das metrópoles, determinada pela desigualdade social e pela construção da cidade sob a égide do capital.

A ocupação do solo urbano do modo como ocorre na cidade de São Paulo e nas cidades de seu entorno, tem as particularidades de sua própria constituição determinada pelos elementos que foram se apresentando ao longo da história deste espaço. No entanto, a forma como se dá essa ocupação se repete de maneiras semelhantes em praticamente todos os centros urbanos dos países periféricos do mundo, e de acordo com Lefebvre (2008), o estopim para essa organização urbana é o processo de industrialização¹⁵ e a constituição do modo de produção capitalista. Harvey afirma:

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...]. Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente de atuação. O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do

¹⁵ O processo de industrialização, iniciado por volta do século XVIII na Europa, marca a transição do modo de produção feudal para o capitalista e todas as transformações ocorridas na sociabilidade humana, no âmbito estrutural e superestrutural.

capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial (2014, p. 30).

Ainda que a denúncia da desigualdade e da precarização da vida nesse momento histórico não sejam temas tão comuns no *funk*, nem essa relação imbricada entre o próprio desenvolvimento do capitalismo e a produção desse modelo de cidade, a menção às dificuldades de sobrevivência inerentes à periferia muitas vezes se esconde nas entrelinhas das letras das músicas. O exemplo de urbanização¹⁶ de São Paulo e das cidades ao redor que compõe a Região Metropolitana é emblemático, pois se trata da região mais rica do país. Em seu cenário urbano, convivem alguns centros desenvolvidos, guarnecidos com todos os serviços existentes à população, com regiões completamente desprovidas do mínimo necessário para a sobrevivência de seus moradores, que ora vivem sem tais serviços, ora precisam se deslocar grandes distâncias para acessar serviços primários, como saúde e educação.

O Mapa da Desigualdade de 2016, publicado pela Rede Nossa São Paulo, mostra, em dados, o tamanho da desigualdade na cidade de São Paulo. Indicadores relativos à saúde, educação, lazer, esporte e assistência social evidenciam as disparidades contidas no interior do município. O Mapa considera que a cidade de São Paulo tem 96 distritos, e desses, 30 não possuem um único leito hospitalar. Enquanto na Sé há mais de 16 livros por habitante disponíveis em bibliotecas públicas, em 36 distritos não há sequer uma biblioteca. A diferença entre o tempo médio de vida dos moradores de Alto de Pinheiros e Cidade Tiradentes é de 25,82 anos, entre outros.

O Mapa da Desigualdade de 2017 mais uma vez apresenta dados que demonstram as questões ora apresentadas nesse trabalho, quanto mais afastados da região central, menor a renda per capita, maior o índice de violência do Estado, menor a expectativa de vida, maior a incidência de ocupações informais, menor a incidência de bibliotecas e serviços de saúde e educação e maior o número de residentes negros.

¹⁶ Para Harvey, “a urbanização capitalista tem sido impulsionada pela necessidade de contornar as barreiras de circulação e expansão do capital e aumentar o espaço da atividade capitalista lucrativa, desempenhando um papel particularmente ativo ao absorver mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir na sua busca de mais-valia” (2014, p. 33). Desse modo, trata-se de atividade crucial para a manutenção do sistema.

De acordo com Harvey (2014),

a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...]. A tendência pós-moderna a estimular a formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado [...] (p. 46).

A constituição da Região Metropolitana de São Paulo se deu ao redor dessa cidade, por sua intensa atividade econômica e reflete o crescimento desenfreado. O município de Itapevi se inscreve nesse contexto e é para onde se volta essa análise. Itapevi é uma cidade emblemática no que tange ao desenvolvimento desigual e combinado¹⁷ presente nas periferias, já que apresenta um expressivo crescimento econômico, com aumento significativo de seu Produto Interno Bruto na última década, além de um grande número de empreendimentos imobiliários e indústrias se instalando no município, combinado com a piora das condições de vida e trabalho da população. O município de Itapevi já esteve nas manchetes dos jornais nos últimos anos, devido a grandes enchentes que ocorrem na cidade. Fruto do crescimento desordenado, dos baixos investimentos dos governos em obras básicas de infraestrutura nas regiões mais pobres, as enchentes seguem deixando as famílias mais empobrecidas em risco e desabrigadas. Santos afirma que:

¹⁷ O conceito de desenvolvimento desigual é combinado, ou lei do desenvolvimento desigual e combinado foi proposto por Leon Trótsky – um dos marxistas revolucionários mais importantes do século XX, que ao analisar o desenvolvimento próprio dos países coloniais e semicoloniais, sugere, nas palavras de Bianchi: “Os países coloniais e semicoloniais – e, portanto, atrasados – que englobam a grande parte da humanidade diferem enormemente uns dos outros nos graus de seu atraso, representando toda uma escala histórica”. O desenvolvimento desses países era, entretanto, caracterizado pela ‘combinação dos extremos em um sentido ou outro’. Essa combinação, contudo, não apagava as particularidades de cada país nem reduzia sua história a uma reprodução com atraso da história da Inglaterra ou da França. O desenvolvimento combinado tornava alguns traços comuns aos países atrasados, como a dependência econômica ou as relações agrárias caracterizadas por formas pré-capitalistas. Mas a existência de uma independência política, o grau de desenvolvimento econômico e político das classes dominantes locais, e a realização de alguma forma revolução democrática, poderiam imprimir importantes traços distintivos entre os diferentes países que partilhassem uma situação de dominação semelhante. [...] A afirmação de um desenvolvimento combinado não eliminava, portanto, a necessidade da análise das particularidades nacionais nem resolvia todos os problemas referentes ao caráter da revolução com a fórmula às vezes simplificadora da ‘revolução socialista’. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=935>>. Acesso em: 10 out. 2017.

A rapidez com que crescem as cidades e aumenta a população urbana é um fenômeno geral nos países subdesenvolvidos. Esse fato é tanto mais importante porque é a cidade, nesse "Tiers Monde", que cristaliza a vontade do progresso e, a bem dizer, prepara o processo de desenvolvimento. Se ela reflete o mundo industrial, pela importância dos modernos edifícios e pela presença de tantos sinais de conforto hodierno, ela exhibe, também, a pobreza e as pragas de sua região de influência, tanto nas funções que realiza quanto na paisagem e, ainda, pela desorganização e insuficiência de seus serviços públicos. É todo o drama do mundo subdesenvolvido, que a grande cidade, na encruzilhada de dois gêneros de civilização diferentes, até mesmo opostos, está em condições não só de definir, como de procurar remediar. Sendo uma expressão do subdesenvolvimento, a cidade contém, ao mesmo tempo, o germe de evolução e de renovação (1965, p. 3).

A região metropolitana de São Paulo é constituída por 39 municípios, divididos em oito sub-regiões: A oeste: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba e Vargem Grande Paulista. A sudoeste: Embu, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, Taboão da Serra e São Lourenço da Serra. Ao sudeste: Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A leste: Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi-Guaçu, Poá, Salesópolis e Suzano. Ao nordeste: Arujá, Guarulhos e Santa Isabel. Ao norte: Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha e Mairiporã. Ao centro: São Paulo. A porção oeste, da qual Itapevi faz parte, soma uma área de 904 km², com área urbanizada de 244 km², e população estimada em 2007, de mais de 2 milhões de habitantes.

O município de Itapevi está localizado a 35 quilômetros a oeste da capital do Estado, contando com área de 83 mil km². Com a geografia física composta por alguns morros, tem seu território cortado pelo rio Barueri-Mirim.

Segundo o Censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Itapevi tem 200.769 habitantes, todos residindo em área urbana, com 62.867 domicílios recenseados, sendo a maioria da população populacional do sexo feminino (51%), com faixa etária de 10 a 19 anos concentrando o maior número de pessoas. A renda média domiciliar é de aproximadamente R\$.1600. A população estimada em 2017, pelo IBGE, é de 229.502 pessoas. Dentre as divisões 0 a 4; 5 a 9; 10 a 14; 15 a 19; 20 a 24; 25 a 29; 30 a 34; 35 a 39; 40 a 44; 45 a 49; 50 a 54; 55 a 59; 60 a 64; 65 a 69; 70 a 74; 75 a 79; 80 a 84; 85 a 89; 90 a 94; 95 a 99 e 100 ou mais, a faixa etária

com o maior índice populacional é a de 10 a 14 anos, com 20.657 pessoas – ou 10,3% da população. A população de crianças e jovens – até 29 anos – corresponde a 56% do total de habitantes (112.351 pessoas) e a população de 15 a 29 anos representa 28,4% do total, com 57.109 jovens.

De acordo com o IBGE, o Índice de Desenvolvimento de Humano – indicador construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – com base em três elementos: expectativa de vida da população, taxa de escolaridade e média de 9 anos de estudo da população e nível de renda da população, de Itapevi em 2010 era de 0,7351.

Os dados demonstram que Itapevi vem avançando no Desenvolvimento Humano, no entanto o recente crescimento do Produto Interno Bruto do município – em 2012 foi de 6.712.576 mil reais; em 2002 foi de 985.121 mil reais – impulsionado pelo forte desenvolvimento industrial da última década, não alcançam grande parte da população. Tal fato é sinalizado pela precária condição de moradia de expressiva parcela da população e a limitada oferta dos serviços públicos, nas áreas da saúde, assistência social, habitação, entre outros.

O Coeficiente de Gini é outro indicador que mede o nível de desigualdade social de determinado espaço socioespacial, indicando as disparidades entre o crescimento econômico e o nível de vida do conjunto da população, a partir da distribuição de renda. Segundo o IBGE, em 2003 Itapevi apresentava esse dado em 0,38, sendo que 0 representa a completa igualdade e 1 a completa desigualdade.

De acordo com dados do governo estadual, que mantém o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social¹⁸, disponível no Portal de Estatística do Estado de São Paulo, em 2010, Itapevi concentrava 49,5% de sua população no Grupo 5 do IPVS, com 99.299 pessoas vivendo em condição de alta vulnerabilidade social, com aproximadamente 30% dessas pessoas com rendimento mensal menor do que um quarto do salário mínimo. Outro elemento preocupante deste indicador, se refere a 1,3% da população itapeviense em situação de vulnerabilidade muito alta – grupo 6 do IPVS, com 2.567 pessoas

¹⁸ O Índice Paulista de Vulnerabilidade é um indicador criado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo Estadual de São Paulo que classifica os territórios em sete grupos, considerando o que chamam de vulnerabilidade, mas que consiste em níveis de pobreza, desigualdade, desproteção e/ou descaso do poder público.

vivenciado condições precárias de renda, moradia e acesso às políticas públicas.

Segundo o IBGE, no ano de 2015, o salário médio mensal era de 3,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,5% (41.360 pessoas). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36,6% da população nessas condições.

A ausência do Estado na garantia dos serviços públicos básicos à população do município, também se materializa de outras diversas maneiras, como a falta de moradias adequadas para grande parcela da população que reside em terrenos irregulares, fruto de ocupações desorganizadas, com construções precárias e inadequadas, em locais com ausência de saneamento básico, sem canalização dos esgotos que correm a céu aberto. As moradias precárias se localizam em diversos bairros sem infraestrutura mínima, as ruas ou vielas não são pavimentadas, não possuem iluminação pública e o transporte é ineficiente, pois além de não chegar a todos as localidades, têm alto valor, com poucas linhas e poucos horários de funcionamento.

Existem poucos dados divulgados relativos à educação e saúde no município, mas a observação da realidade do município demonstra a pouca atuação do poder público. Há um déficit de vagas para inclusão escolar principalmente dos jovens mais pobres que, por diversos motivos, estão defasados na vida escolar. No município, apenas duas escolas ofertam o projeto de EJA – Educação de Jovens e Adultos, o que dificulta o acesso de muitos jovens à educação e contribui na perpetuação da precária inserção no trabalho, e na vida como um todo.

Os dados oficiais, divulgados pelo IBGE ilustram parcialmente a condição precária da política de educação no município: em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5,8 no IDEB¹⁹. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,4. Na comparação com cidades do Estado de São Paulo, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 502 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a

¹⁹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador criado pelo Ministério da Educação e é definido pela soma de dois conceitos: o fluxo escolar, com o nível de aprovações de alunos e médias de desempenho em avaliações nacionais. O índice varia de 0 a 10.

posição passava a 556 de 645. A taxa de escolarização – para pessoas de 6 a 14 anos – foi de 96,5 em 2010. Isso colocava o município na posição 576 de 645 dentre as cidades de São Paulo e na posição 4.193 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Quanto à política de saúde, as longas filas em busca de atendimento nas Unidades Básicas e nos Prontos Socorros, evidenciam a situação de abandono vivenciada pelos usuários do Sistema Único de Saúde, como também ilustra o IBGE: A taxa de mortalidade infantil média no município é de 9,72 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 360 de 645 e 290 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3.311 de 5.570 e 3.606 de 5.570, respectivamente.

Os índices e posições nos rankings estadual e nacional relativos aos dados econômicos são bastante diferentes. De acordo com o IBGE o PIB – Produto Interno Bruto *per capita* de Itapevi é maior que 46 mil reais. Comparado com os 645 municípios do Estado, ocupa a posição 71 e comparado com os 5.570 municípios de todo o país, ocupa a posição 305.

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política (Harvey, 2014, p. 48).

O município de Itapevi se inscreve nessa lógica descrita por Harvey. Condomínios de alto padrão, murados, cercados e altamente monitorados estão isolados próximo aos bairros precarizados. A instalação de modernos complexos industriais vem demandando força de trabalho especializada que é trazida de outras localidades, pois a maior parte da população não tem escolaridade mínima para disputar vagas de trabalho nesses complexos. À maior parcela da população itapeviense restam a terceirização, a informalidade e a precarização.

Ao tecer suas reflexões sobre as transformações recentes no mundo urbano – no diálogo com a obra de Lefebvre – no prefácio de *Cidades*

Rebeldes, Harvey faz a seguinte afirmação sobre as particularidades da classe trabalhadora:

Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que dizimou-se a classe operária tradicional clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado 'precariado' substitui o 'proletariado' tradicional (2014, p.17).

De fato, a problemática trazida pelo autor é a realidade vivenciada pelos trabalhadores da região que aqui buscamos entender, e a juventude vem sendo largamente atingida por tais transformações.

Podemos concluir que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade (Harvey, 2014, p. 59).

A vida concreta dos jovens de Itapevi está inscrita nesse contexto de negação de *qualquer direito à cidade*, materializada desde os inexistentes e/ou insuficientes serviços de saúde e educação, a falta de política de moradia, até a não possibilidade de vivenciar e produzir as expressões culturais e artísticas.

1.3 O encarceramento e o genocídio da juventude negra: A periferia segue sangrando

*Eu vi os verme brotá na favela do Areião/
Eu vi os verme brotá na favela do Areião/[...]
Quando eu tinha dez anos de idade/ Eu
olhava o movimento/ Via os moleques
passando o aperreio/ Via os moleque
passando o veneno/ Eu não entendia nada
e via os vermes brotá/ De oitão e de
quadrada pra poder nos enquadrar/ Mas era
tiro pá caraio/ Eu ouvia da minha casa/ Eu
via os verme no chão e também os da
quebrada/ Perguntei pra minha mãe por que
tem que ser assim/ Minha mãe me
respondeu: filho não pergunte pra mim/ Isso
foi me revoltando aqui na minha quebrada/
O tempo que foi passando e coleí com a
rapaziada/ Tinha oitão tinha quadrada e
também lança granada/ Perguntei pros
parceiros por que tem que ser assim/ Ele
que me respondeu é P.J.L.I. / E se você*

não entendeu, escute vou te explica: Paz, Justiça. Liberdade e Igualdade é nós que tá/ Eu completei meus quinze anos e entrei pro movimento/ Uma quadrada eu atirava e fiquei no mó talento/ Os verme foi e invadiu, bem na hora do acerto/ Aí foi uma rajada atrás da outra [...] Essa aqui que é pro Pablo, essa aqui é pro B.A/ Essa aqui é pelos parceiros/ que não se encontra na rua, mas infelizmente, preso.
(Mc Féna da C1 – Eu vi os verme brotá)²⁰.

Mc Féna da C1, é um artista do *funk* de Itapevi, morador da Cohab 1, numa região conhecida como favela do Areião. A letra do *funk* transcrita na epígrafe do tópico retrata a vida do próprio Mc, que mora desde a infância na favela do Areião, trazendo as lembranças de quando era criança, convivia com a ação policial na repressão ao tráfico de drogas em seu bairro e narra sua entrada no tráfico durante a adolescência, por meio de uma facção criminosa e seu enfrentamento com a polícia, além de fazer referência a outros jovens que estão no sistema prisional. Não é possível afirmar que as situações narradas ocorreram com o artista, mas os elementos trazidos na letra da música, de fato, fazem parte do cotidiano dos bairros do município de Itapevi.

Na vivência profissional da pesquisadora, atuando no Centro de Referência Especializado de Assistência Social no atendimento aos adolescentes e jovens itapevienses em conflito com a lei, que cumprem as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade²¹, foi possível apreender a proporção do impacto do tráfico de drogas na vida dos jovens. De acordo com os dados levantados pela equipe responsável, em 2016, cerca de 80% dos adolescentes que adentraram o serviço, estavam cumprindo medida em decorrência de envolvimento com o tráfico de drogas.

²⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NCaV-CJOTXk>>. Acesso em: 10 jul. 2017. Transcrição nossa.

²¹ Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade são duas das seis Medidas Socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069 de 13 de julho de 1990, cumpridas em meio aberto. As Medidas Socioeducativas foram concebidas no ECA como estratégias de responsabilização e promoção social de adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional, que por serem considerados sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, não deveriam ser tratados da mesma maneira que adultos. Infelizmente, pelo caráter penal e defensor dos interesses da burguesia do Estado brasileiro, o ECA segue a mesma lógica das demais legislações penais e vitimiza na absoluta maioria das vezes adolescentes pobres, negros e periféricos, com destaque para o Estado de São Paulo, que por via das unidades da Fundação Casa, segue violando direitos humanos de adolescentes e jovens filhos da classe trabalhadora.

Assim como retratado na letra do *funk*, é possível afirmar que o tráfico de drogas faz parte da vida cotidiana dos jovens do município e de suas famílias. Geralmente motivados por um contexto de pobreza e desemprego das famílias, combinado com o estímulo ao consumismo veiculado pela mídia e reproduzido inclusive numa forte vertente do *funk*, além do recrutamento dos jovens pelo próprio tráfico, justificado pelo barateamento da força de trabalho na distribuição e pela suposta impunidade, muitos jovens tem se alistado na prática delituosa e sofrido as graves consequências de tal atividade.

O tráfico de drogas existe em decorrência da proibição do uso das drogas. A política de “guerra às drogas” iniciada na década de 1970 nos Estados Unidos, adotada também no Brasil e reproduzida nas regiões metropolitanas do país já demonstrou que não tem como objetivo acabar com as drogas, e sim, dar justificativa para a ação violenta do Estado nas periferias, que reprime, encarcera e mata os jovens pobres e negros. De acordo com Cinco,

a falência da política proibicionista é evidente em todo o mundo. A proibição das drogas causa mais mortes e problemas sociais do que os efeitos de qualquer droga. Há quarenta anos, a ‘guerra às drogas’ de Richard Nixon produz violência e corrupção, mas é incapaz de proteger a população dos danos provocados pelo abuso de drogas. No Brasil chegamos a uma situação dramática. A violência das disputas territoriais entre grupos de traficantes e dos confrontos entre a polícia e as quadrilhas transforma em terror a rotina de milhões de pessoas nas grandes cidades (2013, p. 55).

A juventude de Itapevi e da porção Oeste da Região Metropolitana de São Paulo evidenciam as afirmações do autor. Observando as manchetes jornalísticas no último lustro, é possível verificar a recorrência de chacinas na região, trazendo à tona a ação violenta e ilegal dos agentes da segurança pública, via de regra motivada por questões relacionadas ao tráfico de drogas. Na noite de 18 de setembro de 2013, seis pessoas foram assassinadas e uma ficou ferida, em local próximo à Estação Engenheiro Cardoso, em Itapevi. Segundo a reportagem do Portal G1²² publicada no dia seguinte, tratou-se de uma execução e o local era considerado ponto de tráfico e uso de drogas. As vítimas tinham entre 20 e 30 anos e eram todas do sexo masculino, foram

²² Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/chacina-em-itapevi-aconteceu-em-local-para-uso-de-drogas-diz-pm.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

atingidas na cabeça e no tórax e a posição dos corpos indicava que tentaram fugir. Ainda segundo o Portal, a polícia não tinha pistas sobre os autores da chacina e nem da motivação dos crimes. No período, muito se falou e discutiu sobre o ocorrido na cidade e o relato dos moradores dos bairros no entorno é que membros da Guarda Municipal foram responsáveis pelo ocorrido.

Dois anos depois, na noite do dia 13 de agosto de 2015, uma das maiores chacinas do ano ocorreu na região: 18 pessoas foram assassinadas nos municípios de Barueri e Osasco. De acordo com a imprensa²³, ocorreram três ações quase simultâneas e articuladas nos dois municípios, onde indivíduos armados e encapuzados atiraram nas vítimas após perguntarem se elas tinham passagem pela polícia – as 18 vítimas tinham entre 16 e 40 anos e eram do sexo masculino. Ainda de acordo com o portal de notícia, a principal hipótese apresentada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo é que a chacina foi uma resposta de policiais militares e guardas civis a dois assassinatos de agentes da segurança pública ocorridos naquele mês. Na mesma noite, uma pessoa foi assassinada em Itapevi, mas a investigação descartou relação com a chacina.

De acordo com o Portal G1²⁴, na madrugada de 11 de abril de 2017, um carro prata passou pelo bairro Jardim Conceição em Osasco e atirou contra dois grupos de jovens que estavam na rua, fazendo quatro vítimas – homens com idades entre 21 a 34 anos. O portal levanta a hipótese de que a chacina tenha relação com o fato de que em 2017. Uma lei municipal de Osasco proibiu os bailes *funk* na cidade, pressupondo tais eventos como propícios para o tráfico e uso de drogas, além da perturbação da população. Segundo o portal, no dia 2 de abril muitas reclamações de moradores sobre um baile *funk* ocorrendo ilegalmente no bairro levaram uma equipe da Polícia Militar até o local, onde um policial foi baleado por um indivíduo numa moto. A chacina do dia 11 foi a segunda ação de resposta, pois outros dois jovens já haviam sido assassinados na semana anterior, no mesmo bairro.

Essas chacinas mencionadas podem ser consideradas como pontas de um iceberg, levando em conta os dados da violência policial na Região

²³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/chacina-em-osasco-e-barueri-veja-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/chacina-deixa-ao-menos-quatro-mortos-em-osasco.ghnm>>. Acesso em: 14 abril 2017.

Metropolitana de São Paulo. As chacinas se sucedem cotidianamente, ora na região já mencionada, ora em algum bairro da Zona Sul, Zona Norte, Zona Leste e tantas regiões de São Paulo, ora em Mogi das Cruzes, Guarulhos, ABC. Segundo o Portal G1, a Grande São Paulo registrou cinco chacinas nos quatro primeiros meses de 2017. No entanto, as chacinas não representam a totalidade dos assassinatos na periferia, apenas ganham mais destaque na mídia por se tratarem de execuções numerosas e que chamam atenção. Os assassinatos individuais, ocorridos nos mesmos bairros, em circunstâncias muito parecidas não aparecem nos portais de notícias, ainda que ocorram com frequência maior.

De acordo com o Mapa da Violência de 2016 – elaborado por Júlio Waiselfisz com base principalmente nos dados sobre mortalidade do Ministério da Saúde – aponta que ocorrem mais de seis homicídios por hora no Brasil, e o grupo formado por homens, negros, com idade entre 15 e 29 anos é o mais vulnerável, já que contém o maior número de vítimas. A taxa de homicídio de negros cresceu nos últimos anos, e segundo o documento, a chance de um negro ser assassinado é quase três vezes maior do que a de um branco.

Outra interface da ação do Estado junto à juventude da periferia, pautado na suposta “guerra às drogas” é o encarceramento massivo da juventude negra, que tem crescido exponencialmente no Brasil, com um grande destaque para São Paulo. Dados do Programa Juventude Viva e do Anuário da Segurança Pública mostram que em 2012, das mais de 515 mil pessoas presas no Brasil, aproximadamente 190 mil estão no Estado de São Paulo. O segundo Estado no ranking é Minas Gerais, com mais de 45 mil pessoas presas.

O Mapa do Encarceramento de 2014 demonstra que a situação vivenciada pela população carcerária no Brasil é uma expressão da barbárie e do proeminente racismo e elitismo com que o Estado brasileiro responde à problemática da segurança pública. Em 2012, existiam quase dois presos para cada vaga em presídios existentes no Estado de São Paulo, enquanto Alagoas tinha quase quatro presos por vaga e Pernambuco, dois e meio. Cerca de 38% da população prisional brasileira é provisória, ou seja, está sob custódia do Estado sem ter sido julgada. Apesar da população carcerária do sexo feminino vir crescendo, mais de 90% é formada por indivíduos do sexo masculino. Dos

indivíduos presos, em 2012, 50% não havia concluído o Ensino Fundamental, enquanto 1,2% tinha concluído o nível superior. O grupo etário com o maior número de indivíduos é o de 18 a 24 anos, e mais da metade da população carcerária tem até 29 anos, ou seja, é jovem. Mais de 60% da população carcerária no Brasil é negra. Sobre esse indicador, o Mapa do Encarceramento destaca:

[...] quanto mais cresce a população prisional no Brasil, mais cresce o número de negros encarcerados. O crescimento do encarceramento é mais impulsionado pelo encarceramento de pessoas negras do que brancas. Nota-se também o crescimento paulatino da categoria outras, utilizada pelos gestores do sistema penitenciário que preenchem os relatórios encaminhados ao InfoPen²⁵. A utilização desta categoria cresceu oito vezes no período analisado, o que compromete a qualidade do dado fornecido e pode prejudicar a consistência das análises do quadro apresentado. [...] Para ter a dimensão mais precisa da seletividade racial do sistema prisional brasileiro, é necessário fazer uma ponderação pela taxa de encarceramento segundo grupos de cor/raça; ou seja, uma análise do número de presos negros e brancos de acordo com o número de habitantes negros e brancos. Considerando-se os dados do InfoPen sobre a população no período de 2005 a 2012 e as estimativas para a população brasileira acima de 18 anos no mesmo período segundo brancos e negros, é possível observar que o encarceramento de negros aumentou mais do que o encarceramento de brancos. Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez mais do que o de brancos em 2012 (2014, p. 26).

O Mapa do Encarceramento aponta que quase a metade dos apenados tem sentenças de até oito anos, sendo que quase 39% desses poderiam, de acordo com o Código de Processo Penal, cumprir penas alternativas, pois têm sentenças de até quatro anos:

Isto deve estar relacionado ao alto número de presos que ainda aguarda o julgamento, às tendências punitivistas dos operadores da justiça criminal, às deficiências no exercício do direito de defesa e às deficiências na função fiscalizadora do Ministério Público (2014, p. 28).

Tal situação é mais um reflexo do caráter penal do Estado brasileiro. De acordo com Silva (2010),

²⁵ InfoPen é o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado pelo Ministério da Justiça.

a manutenção de pessoas em prisão provisória também significa que elas acabam tendo, na prática, menos direitos que as pessoas já condenadas, às quais por exemplo, se permite progressão de regime (direito tampouco devidamente respeitada pelo binômio Estado-Justiça). Assim, a prisão cautelar, que deveria ser empregada com absoluta excepcionalidade segundo a própria legislação penal, é ampliada e se converte em regra, contribuindo com a marcha desse ciclo de contínuo aprisionamento e institucionalização de pessoas e colocando em xeque a própria proposta penal de *readequar* as pessoas encarceradas a um paulatino convívio social, na medida em que se adota como prioridade o isolamento.

Evidentemente, o uso indiscriminado da prisão cautelar ocorre quando nos referimos ao preso comum, ordinário nas cadeias brasileiras: pobre e com baixo nível de escolarização. E senso comum entre os conhecedores da justiça brasileira (em especial a jurisdição estadual de São Paulo) que a parcela da população que dispõe de mais recursos econômicos tem um tratamento jurisdicional distinto e geralmente (exceto em casos que geram grande repercussão midiática) lhes é permitido aguardar a conclusão do processo penal fora das prisões (p. 31).

Sobre a natureza dos crimes que resultaram no encarceramento, o estudo revela que estão ligados a condicionantes econômicos e sociais e têm relação com aumento da desigualdade social, principalmente nos grandes centros urbanos. A maior parte da população carcerária no Brasil cometeu crimes contra o patrimônio ou relacionado a entorpecentes.

Quando à eficiência do encarceramento, é possível afirmar que o este não atinge seu objetivo, que supostamente, é acabar com a criminalidade, pois de acordo com Cerneka (2010),

Empiricamente, o encarceramento em massa jamais foi capaz de reduzir significativamente a criminalidade. Com efeito, pesquisas têm demonstrado que um aumento em 10% da taxa de encarceramento representa não mais que 2 a 4% na taxa de redução da criminalidade e isso somente para parcela dos crimes. O crime de tráfico, por exemplo, não é afetado pelo encarceramento de seus perpetradores, uma vez que há um excedente humano desejoso de ingressar nesse mercado tão lucrativo (p. 10).

Em síntese, é possível afirmar que o encarceramento da população promovido pelo Estado Penal²⁶ brasileiro, de caráter neoliberal, tem crescido expressivamente no Estado de São Paulo e em todo país. Ineficiente quando se trata de diminuir a criminalidade, contudo, quando se trata de desempenhar

²⁶ Estado Penal é um conceito do sociólogo Loïc Wacquant (1998) e refere-se ao caráter assumido pelo Estado após o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, que sob a égide do neoliberalismo, deixa de ofertar políticas sociais/proteção social e passa a criminalizar a pobreza, as lutas e os movimentos sociais.

o papel de um instrumento do Estado na manutenção da propriedade privada e forma de contenção e controle dos jovens negros e pobres, o Sistema Prisional, com todas as suas contundentes violações, tem caráter extremamente eficaz.

A pesquisa historiográfica de Fernandes, ao discutir o período pós-abolição já apresentado no primeiro tópico desse capítulo, relata: “[...] Em outro comentário, sob o título ‘matar preto, não é crime’, reprocham as autoridades pela ‘praxe introduzida há muito tempo’, segundo a qual não haveria crime na matança de negros” (1964, p. 65).

Assim, é possível verificar que os elementos de ódio racial e social que perpassam as ações da sociedade e do Estado em relação às populações negra e pobre, têm sua gênese na escravidão e na ideologia que a justificou, atravessaram o século XX, e em finais da segunda década do século XXI, obviamente que transformados por questões sócio-históricas, mas ainda presentes, perpassam todos os campos da vida social. Por que seria diferente com o campo da cultura? As construções sociais sobre o comportamento, os gostos, as preferências, o tipo de arte, música, moda, estilo etc., emanados de grupos populacionais historicamente explorados, estigmatizados, inferiorizados e vitimizados também carregam partes de tal jugo.

CAPÍTULO II O *FUNK* COMO POSSIBILIDADE DE EXPRESSÃO: A VOZ QUE ECOA DA JUVENTUDE PERIFÉRICA

*Pra quem não conhece o funk
é com muito prazer
que eu me apresento
agora pra você.
Sou a voz do morro,
o grito da favela
sou a liberdade
em becos e vielas.*

*Deixa o meu funk entrar
Funk-se quem quiser
ao som do funk eu vou
seja o que Deus quiser.
Felicidade sim,
eu quero é ser feliz
sem discriminação
esse é o meu País*

*Muitos me condenam
mas nada me assusta.
Eu sou brasileiro
e não desisto nunca.
Sou da sua raça
sou da sua cor,
sou o som da massa
sou o funk, eu sou!*
(Funk-se quem quiser – Mc Galo e Mc Dolores)²⁷.

2.1 O *funk* na vida cotidiana da periferia

*Calma mãe, me revoltei com Estado!
Se o funk virar crime eu serei o mais
procurado
Nada a ver! O que voce tem a dizer?
Funk é cultura sim! E na favela é mó lazer!*
(Funk não é crime – Mc Menor part.
McRenan R5, Mc Guuh, Mc Bob Boladão)²⁸

Diante de um contexto tão adverso que se desenha para a juventude da periferia, qual é o lugar assumido pelo lazer, a cultura e as expressões artísticas em suas vidas cotidianas? A opção metodológica pela análise do *funk*, como expressão produzida e fruída pelos jovens das regiões periféricas é

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qr7cg_1U_10>. Acesso em: 10 jun. 2017. Transcrição nossa.

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s8M1xajqAkg>>. Acesso em: 5 out. 2017. Transcrição nossa.

resultado de alguns anos observando-os em suas vivências coletivas, seja nos espaços institucionais ocupados profissionalmente pela pesquisadora, seja nos espaços públicos que frequentam cotidianamente. Importante voltar a análise para a vida cotidiana²⁹ dos jovens da periferia, considerando a importância que a cotidianidade tem na sociabilidade humana, independente do espaço sociopolítico a que se objetiva observar. Heller aponta que “a vida cotidiana é a vida de todo homem” (2014. p. 31), pois é na cotidianidade que se processam todas as características individuais e de personalidade, as habilidades intelectuais, visões de mundo, sentimentos, e como se processam simultaneamente, nenhum desses elementos ocorrem de modo a explorar sua total potencialidade. Ainda de acordo com a autora, a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica – de acordo com o conteúdo e a relevância atribuída a cada ação –, e tem como partes orgânicas a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. A gama de ideias que motivam as ações humanas no âmbito da vida cotidiana são construídas de forma automática e pouco refletidas individualmente, de modo que tendem sempre a se basear em juízos provisórios e ultrageneralizações³⁰.

A cotidianidade é a vida do indivíduo, que é simultaneamente um ser particular e um ser genérico, isto é, traz expresso em si, as conquistas e avanços que a humanidade alcançou historicamente, do ponto de vista objetivo e subjetivo. A vida cotidiana pode reproduzir a alienação, mas não necessariamente. No atual momento histórico, a vida cotidiana de homens e mulheres é permeada pela contradição capital-trabalho, contradição esta inerente à sociabilidade capitalista, que cria um abismo entre toda a produção advinda da genericidade humana e a participação consciente de cada indivíduo

²⁹ Netto e Carvalho (2007) afirmam que: “A vida cotidiana é aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias; é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, a pinga ou o vinho, ver televisão, praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um ‘papo’ de sempre etc. Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige que a consciência. Mesmo os sonhos e desejos construídos dia a dia, ao silêncio e no devaneio, não representam um ato de consciência” (p. 23).

³⁰ De acordo com Heller (2014), juízos provisórios são exemplos particulares de ultrageneralizações. “Os juízos ultrageneralizadores são todos eles juízos provisórios que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseado neles, fomos capazes de atuar e de nos orientar” (p. 53). Juízos provisórios e ultrageneralizações cristalizadas, tidos como verdades, são a base dos preconceitos.

em tal produção. Apesar da especificidade da vida cotidiana nessa realidade sócio-histórica, a cotidianidade é necessária para a manutenção física da vida humana (Heller, 2014), de modo que não é possível eliminá-la.

Sobre a vida cotidiana dos jovens negros, pobre e das periferias, Iamamoto apresenta uma reflexão importante para sua compreensão:

a vida cotidiana de crianças e adolescentes das classes subalternas – vitimadas por uma ideologia de naturalização da pobreza e da violência social de um modelo concentrador de renda, propriedade e poder – não tem adquirido a devida visibilidade no espaço público. As notícias sobre o tema só chegam à mídia e à cena pública quando apresentam risco pessoal e patrimonial. São geralmente vistos como ameaça ao ordenamento social instituído, parte de um perverso processo de criminalização da questão social (2010, p. 264).

Heller aponta que algumas atividades proporcionam uma superação da cotidianidade, isto é, suspendem o indivíduo de sua vida cotidiana:

As formas de elevação acima da vida cotidiana que produzem objetivações duradouras são a arte e a ciência. [...] A arte realiza tal processo porque, graças à sua essência, é autoconsciência e memória da humanidade; a ciência da sociedade, na medida que desantropocentriza (ou seja, deixa de lado a teologia referida ao homem singular); e a ciência da natureza, graças a seu caráter desantropomorfizador. Nem mesmo a ciência e a arte estão separadas da vida do pensamento cotidiano por limites rígidos, como podemos ver em vários aspectos. Antes de mais nada, o próprio cientista ou artista têm vida cotidiana: até mesmo os problemas que enfrentam através de suas objetivações e suas obras lhes são colocadas, entre outras coisas [...], pela vida. Artista e cientista tem sua particularidade individual enquanto homens da cotidianidade; essa particularidade pode se manter em suspenso durante a produção artística ou cinética, mas intervém na própria objetivação através de determinadas mediações (na arte e nas ciências sociais, através da mediação da individualidade). Finalmente, toda obra significativa volta à cotidianidade e seu feito sobrevive na cotidianidade dos outros (2014. p. 42 e 43).

É possível afirmar que os momentos de produção e fruição das músicas, ritmos e letras de *funk*, nos estilos mais disseminados na periferia, se constituem como momentos de elevação do indivíduo acima da cotidianidade? A trajetória da pesquisa percorrida até o presente momento permite sugerir que a resposta mais adequada, considerando a dialeticidade própria da sociabilidade jovem e periférica e todos os elementos determinantes das vivências coletivas deles, seja do ponto de vista objetivo, seja subjetivo, é de que o ato de produzir e fruir o *funk* não necessariamente traz uma suspensão

do cotidiano, entretanto, tal elevação se constitui como uma possibilidade concreta para tais jovens. Contudo, tal possibilidade não se estabelece como a principal motivação para o qual se defende, neste trabalho, a necessidade de compreensão e valorização dessa produção cultural da juventude periférica. O que se coloca em discussão de modo preponderante é o direito e a liberdade de criação e usufruto de quaisquer que sejam as formas e expressões da cultura e da arte que tenham sentido e valor para tal grupo da população.

As expressões culturais da juventude são espelhos de seu tempo (Hersmann, 2005) e refletem a apreensão que este grupo faz das determinações macrosociedade em seu cotidiano.

Para compreender a ascensão do funk no Estado de São Paulo, é preciso refletir sobre o contexto político, social e econômico em que estas expressões são construídas e sua relação com elementos que impactam na subjetividade dessa juventude.

A construção da subjetividade humana, e especificadamente nesse estudo, a subjetividade de uma juventude histórica, territorial, racial e socialmente recortada é permeada por elementos motivados pela concretude da vida material, que aqui se evidencia como a vivência de jovens do final da segunda década do século XXI, na periferia, negros em sua maioria, e das parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora.

Assim, como é possível compreender o gosto, o prazer, o reconhecimento dessa juventude no universo do *funk*? De acordo com Marx,

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até hoje. O sentido preso na necessidade prática rude tem também somente um sentido tacanho. Para o homem esfomeado não existe a forma humana da comida, mas apenas a sua forma abstrata como comida; ela também podia estar aí na forma mais rude – e não se pode dizer em que é que essa atividade de nutrição se distingue da atividade de nutrição animal. O homem necessitado, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o espetáculo mais belo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, não a beleza nem a natureza peculiar do mineral; ele não tem qualquer sentido mineralógico; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto do prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem como para criar sentido humano correspondente a toda riqueza do ser humano e natural (2015, p. 353, grifos do autor).

Desse modo, no sentido proposto por Marx, as necessidades humanas, a complexificação destas, e as respostas criadas por homens e mulheres para

atender a estas necessidades, vão criando novos elementos para a atribuição de valores às coisas do mundo. No capitalismo, a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem determinam diversos aspectos da subjetividade humana e essa discussão será aprofundada mais adiante.

É possível afirmar que é no universo do *funk* que se dão diversos processos importantes de socialização e construção da identidade dos jovens da periferia, desde a realização do lazer – no *fluxo*³¹ do *funk* – espaço de encontro dos jovens de determinado território, lugar de música³² e dança³³, encontros afetivo-sexuais, contato com o álcool e outras drogas, reconhecimentos e vivências que exercem um papel significativo dentre os indivíduos que compõem tal universo. Tais processos de socialização são comuns a praticamente todas as expressões culturais juvenis.

De acordo com Dayrell (2001),

[...] quando falamos em culturas juvenis nos referimos a modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam certos significados e valores não tanto no âmbito das instituições como no âmbito da própria vida cotidiana. Nessa perspectiva, é evidente que não podemos falar de uma cultura juvenil homogênea, tanto que a estamos utilizando no plural. Ao contrário, expressa um conjunto de significados compartilhados, um conjunto de símbolos específicos que expressam a pertença a um determinado grupo, uma linguagem com seus específicos usos, particulares rituais e eventos, por meio dos quais a vida adquire um sentido. O processo de construção das culturas juvenis tem de ser entendido no contexto da origem social e das condições concretas de vida na qual os jovens estão sendo socializados. No nosso caso, tratando-se de jovens pobres, temos de levar em conta que eles vieram se apropriando de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, ou melhor dizendo, de uma rede de significados vigentes na família, no meio social mais próximo, expressões de uma cultura popular que exprime um modo distinto de viver e construir a realidade (p.20).

³¹ Gíria muito utilizada entre os funkeiros para definir o próprio baile funk.

³² O funk em si – a música – é marcado pelo “ritmo sincopado, a densa linha de baixo, uma seção de metais forte e rítmica, além de uma percussão – batida – marcante e dançante”. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/artes/funk.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

³³ Existem poucas referências técnicas sobre o modo de se dançar *funk*, e em cada localidade, assume características propostas por seus agentes. No Rio de Janeiro, é comum que o modo de dançar *funk* tenha um apelo mais sensual, dançado em duplas. Já em São Paulo, um exemplo é o Passinho do Romano – modo peculiar de dança individual, que tem o nome devido ao local de sua “criação”, o Jardim Romano, na Zona Leste da cidade. O Passinho do Romano se espalhou por muitas regiões e de acordo com alguns sites da internet, é uma mistura de referências de danças africanas, forró, black e “passos de robô”, além das famosas “sarradas no ar”.

Ao discorrer sobre o *rap* – movimento cultural e artístico bastante consolidado no estado de São Paulo e em várias partes do Brasil, o estudioso Roberto Camargos afirma que este estabelece um intenso diálogo com a vida social, e se configura como certo raio-x do Brasil (2015, p.17). Já Micael Herschmann, se referindo às culturas juvenis, argumenta que se tratam de espelhos de seu tempo, e que o desafio dos pesquisadores que se debruçam sobre tais, é olhar além da aparência de “desordem e caos” (2005, p.17).

Na pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, principalmente em teses e dissertações de mestrado, é possível apreender a recorrente associação do funk ao estilo de vida da população pobre e negra da periferia, e tal característica dessa expressão artística é apresentada como a razão para os processos de discriminação e criminalização sofridos por aqueles que transitam nesse meio, bem como o processo de resistência a tais ataques:

[...] como toda cultura negra, o funk é criativo e estratégico, mas é também vulnerável. As forças da mercantilização penetram diretamente nas suas formas de expressão, classificando e homogeneizando a sua musicalidade, oralidade e performance. Reificam-se, desse modo, os binarismos dos padrões culturais ocidentais: autêntico versus cópia, alto versus baixo, resistência versus cooptação etc. O funk entra na classificação dicotômica que, mais do que revelar uma qualidade intrínseca à produção cultural, serve para mapear as performances culturais negras dentro de uma perspectiva burguesa, na qual a alteridade é posta em seu devido lugar, ou seja, é constituída sempre pelo adjetivo que carrega o traço negativo desses binarismos hierárquicos. Mas o funk é contraditório e tira proveito até mesmo dos estereótipos e de tudo aquilo que se acumula como ‘lixo’ e ‘vulga’ na cultura moderna. O funk evidencia como a juventude negra e favelada reinventa-se criativamente com os escassos recursos disponíveis, subvertendo, muitas vezes, as representações que insistem em situá-la como baixa e perigosa. Além disso, a crítica ao funk escancara a maneira pela qual a sociedade brasileira renova seu racismo e preconceito de classe camuflados pela retórica ocidental do ‘bom gosto estético’ (LOPES, 2010, p. 20).

A chegada do funk no Brasil se deu há mais de 40 anos (HERSCHMANN, 2000), na cidade do Rio de Janeiro, e enquanto se consolidava naquele espaço, o *rap* ditava o ritmo das quebradas³⁴ de São Paulo. Situação que foi se modificando ao longo das décadas, e atualmente, o funk vem ganhando força e até superando o *rap* no gosto da juventude da periferia.

³⁴ Quebrada é uma gíria para bairro periférico, favela etc.

De acordo com Belo (2016) o *funk* se fortalece no Estado de São Paulo, primeiro na Baixada Santista, em meados dos anos 1995, com certa popularização das músicas do *funk* carioca. Na capital paulista, passa a ter expressividade na Zona Leste, no bairro de Cidade Tiradentes e a partir de 2009 se espalha para diversos bairros das periferias da cidade de São Paulo e cidades ao seu entorno.

Camargos (2015), na introdução de seu livro *Rap e Política*, afirmou:

Neste trabalho, importa pouco se os *rappers* produzem uma música pobre, ou se as letras são mal construídas – e isso não quer dizer que eu concorde com tais avaliações. Meu interesse consiste na constatação de que, no rap que brota na temporalidade delimitada, tem-se uma amálgama de visões, sentimentos, concepções de mundo – mesmo que, por vezes, limitados e contingentes – articulados por vários sujeitos sociais em um 'trabalho de refiguração da experiência'. Assim, a importância dessa cultura/música para os debates em torno da sociedade contemporânea está, em termos gerais, no fato de que parte considerável dela constitui os meios de expressão associados às classes populares e, sob seu prisma (de pessoas comuns, de trabalhadores), ganha corpo uma intrigante interface entre história, cultura, sociedade, protesto social e vida cotidiana (2015, p.18).

Tais afirmações vão ao encontro das motivações da pesquisadora ao discutir o tema proposto, de modo que arrisca uma paráfrase: neste trabalho, importa pouco se os *funkeiros* produzem uma música pobre, se algumas letras mal construídas reproduzem concepções do senso comum – e isso não quer dizer que concorde com tais avaliações. O interesse consiste na constatação de que no *funk* também brota numa temporalidade delimitada e representa as visões, posições, sentimentos e concepções de mundo de uma determinada parcela da juventude pobre, negra e periférica, composta por filhos e filhas da parcela mais precarizada e despossuída de direitos da classe trabalhadora – que resiste, é criativa e quer ser ouvida.

Nessa direção, serão analisados a seguir o *funk* ostentação, o *funk* consciente, e outras expressões do gênero com foco na cidade de São Paulo e localidades próximas – Região Metropolitana e Baixada Santista. Importante salientar que as incursões teóricas ora apresentadas não defendem esse ou aquele estilo do *funk* como superior ou inferior; o objetivo é compreender seus sentidos e apontar elementos que contribuam para um melhor entendimento de tais expressões. O processo de criminalização sofrido pelo universo do *funk*

também será objeto de estudo, a ser apresentado no último tópico deste capítulo.

2.2 O *funk* ostentação: a reinterpretação do *funk* em São Paulo

Nóis só porta Oakley
É o bonde da Juliet
Tá de Juliet, Romeo 2 e Double Shox
18K no pescoço, de Ecko e Nike Shox
Tá de Juliet, Romeo 2 e Double Shox
Vale mais de um barão, esse é o bonde da
Oakley
[...]
É o bonde da Juju
É o bonde da Juju
Porque água de bandido
É whisky e Red Bull
 (Bonde da Juju – Backdi e Bio-g3)³⁵.

De acordo com Marx e Engels,

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [*idee//*] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideais; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (2009, p. 67).

Como já discutido anteriormente, é possível afirmar que os últimos treze anos³⁶ do cenário político e social brasileiro foram assinalados por políticas sociais mediadas por acesso ao crédito e estímulo ao consumo. Numa sociedade de destruição dos meios de produção e aumento da desigualdade, ao mesmo tempo um imaginário influenciado pelo ideário da pós modernidade³⁷, verificou-se o avanço de ideias marcadas pelo consumismo e

³⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dfkW81o6uPc&t=77s>>. Acesso em: 10 jul. 2017. Transcrição nossa.

³⁶ Referência ao período de governo do Partido dos Trabalhadores, que é compreendido entre os anos 2003 a 2016.

³⁷ As ideias da chamada pós-modernidade são desencadeadas desde o final da década de 1970, como mencionado no Capítulo I, mas fortemente afirmada por teóricos, após o período de Guerra Fria e queda do Muro de Berlim, simbolizando a “vitória” do bloco capitalista sobre o bloco socialista. A quadra pós moderna se espalha no campo da cultura, ciências humanas e

valorização da mercadoria para além do humano. É possível afirmar, que existe, como um elemento nesse processo, a reprodução pelos trabalhadores, das ideias da classe dominante.

Após se espalhar na Baixada Santista³⁸ no final da década de 1990, o *funk* chega às periferias da capital por volta de 2008 e 2009, onde o Bonde da Juju – grupo pioneiro do *funk* ostentação –, passa a fazer sucesso na Zona Leste e a se espalhar para a Região Metropolitana de São Paul. É quando alguns artistas vão adquirindo projeção na cena do *funk* ostentação. Em 2011, já é uma vertente bastante disseminada, e alguns sites da internet apontam que o apogeu do estilo ocorre em 2013, com o assassinato do jovem Daniel Pedreira Senna Pellegrine – Mc Daleste, que era um expoente do *funk* ostentação, mas transitava por outros estilos, e com a projeção tomada por eventos ocorridos em shoppings de várias cidades, os chamados rolezinhos³⁹.

O *funk* ostentação é uma vertente, que tem em seu conteúdo a abordagem do consumo de marcas famosas, e o orgulho em ostentar – daí vem o seu título – marcas importadas e caras de carros, motos, tênis, roupas, bonés, óculos, joias, entre outros. As letras também abordam a sexualidade e conquista, via de regra sob o viés heteronormativo e do ponto de vista do homem, e as relações são mediadas pelo interesse das mulheres em fazer parte daquele ambiente de luxo e poder⁴⁰.

artes e fundada no irracionalismo e de forma diversa dentre seus representantes, alardea o fim da história, que as teorias que buscam uma análise mais ampla da sociedade estão equivocadas (marxismo, positivismo etc.), pois tudo é efêmero, fugaz e líquido e cada indivíduo analisa a sociedade sobre sua própria ótica, não existindo possibilidade de uma teoria que se aproxime da realidade. Tais ideias são a perfeita explicação de uma sociedade sobre a égide neoliberal, assentada na reestruturação produtiva e desse modo, pode ser apontada como mais uma estratégia do capitalismo para a sua ofensiva aos trabalhadores.

³⁸ As informações sobre a chegada e consolidação do *funk* em São Paulo são pouco estudadas até o momento, de modo que utilizamos um documentário: *Funk Ostentação – o filme*, como fonte de pesquisa, além de uma dissertação de mestrado (BELO, 2016).

³⁹ Os rolezinhos foram movimentos dos jovens de vários bairros das periferias de São Paulo, que se organizavam em eventos na rede social Facebook e iam para shoppings em grandes grupos. De acordo com alguns sites, os primeiros rolezinhos foram marcados por Mc's, como forma de resposta a um projeto de lei que criminalizava o funk na cidade de São Paulo. Os rolezinhos tiveram repercussão nacional e trouxeram à tona discussões sobre racismo e discriminação.

⁴⁰ O *funk*, assim como outras expressões culturais/ estilos musicais expressam o senso comum e seus preconceitos, bem como, as ideias da classe dominante. No caso do *funk* ostentação, amplamente dominado por Mc's do sexo masculino, é inegável o papel submisso atribuído às mulheres, que muitas vezes são tratadas como mais um objeto a ser ostentado. Em grande parte das letras, a mulher é denominada como *novinha*, sempre atraída pela riqueza ostentada. Importante salientar que existem mulheres Mc's do *funk* ostentação – Mc Pocahontas –

Importante apontar aqui, elementos que ajudem a entender a importância do consumo no processo de circulação do capital, de modo que é compreensível o estímulo da mídia e dos agentes do Estado para incutir em corações e mentes dos jovens e de todas as camadas geracionais, a necessidade e desejo pelo consumo desenfreado de determinadas marcas, em que o valor de uso se perde e o valor de tais objetos se sobrepõe à própria humanidade. No sistema capitalista, como apontado por Marx (2013) tudo se transforma em mercadoria, inclusive a força de trabalho, que é apropriada pelo capitalista como meio para a obtenção de lucro.

Segundo o autor,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.

Toda coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade. Cada uma dessas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico. Assim como também é um ato histórico encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas das mercadorias resulta, em parte, da natureza diversa dos objetos a serem medidos e, em parte, da convenção (MARX, 2013, p. XX).

O momento da ascensão dessa vertente do *funk* é permeado por elementos que sugerem os motivos pelos quais tal expressão artística se espalha e consolida dentre os jovens da periferia. É possível afirmar que dois desses elementos têm relevância e podem ser apontados como influenciadores dessa explosão do estilo em São Paulo, e a posterior irradiação para diversas partes do Brasil – a popularização da internet dentre os mais pobres e o momento político e econômico vivenciado pela população brasileira chamada de baixa renda após quase dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

funkeira carioca é uma representante do estilo que obteve projeção nacional com algumas músicas desse estilo.

O meio fundamental de divulgação e popularização do *funk* ostentação é o videoclipe divulgado nas redes sociais e principalmente no YouTube⁴¹. No Brasil, apesar da internet estar disponível desde o final dos anos 1980, só a partir de 2004 começa a ser utilizada de forma mais ampla, e só em 2014 passa a estar presente, de acordo com o IBGE, em 50% das residências brasileiras. O fortalecimento e divulgação massiva dos vídeos do *funk* ostentação se dão também por essa popularização das redes sociais da internet. O produtor Konrad Cunha Dantas (o KondZilla) é um dos maiores responsáveis pela divulgação de tais vídeos, produzindo muitos *deles* e fazendo sucesso pelo Brasil inteiro.

Outra questão já apontada por alguns pesquisadores como uma das razões para que juventude das periferias de São Paulo tenha deixado de se identificar tanto com o *rap*, que via de regra apresenta um conteúdo mais político e de protesto⁴², e passa a apreciar o *funk* ostentação, com temáticas relacionadas ao desejo de consumo, sem crítica social, é a nova configuração político-econômica do Brasil nesse período, com a expansão da chamada classe média, a ampliação do crédito vivenciada pelas famílias de baixa renda, e outras estratégias assumidas em âmbito governamental. De acordo com alguns analistas, tais estratégias contribuíram para a diminuição da desigualdade social no Brasil.

Importante mencionar que tal sentença não é verdadeira. Não é possível afirmar que o país teve a desigualdade diminuída. As políticas públicas, programas de transferências de renda e ações afirmativas implantadas a partir de 2003/2004 no Brasil foram e ainda são relevantes conquistas da classe trabalhadora – que tudo produz nesse país –, no entanto, não houve uma transformação na estrutura de classes do Brasil. Ocorreu a disseminação de um discurso nessa direção, combinado com várias ações que trouxeram a

⁴¹ Youtube é uma plataforma digital de distribuição de vídeos, criada em 2005 e popular em todo o mundo.

⁴² Interessante mencionar as relações que vêm sendo estabelecidas entre o *rap* e o *funk* em São Paulo. O produtor KondZilla produziu o último videoclipe do mais influente grupo de rap de São Paulo, o Racionais Mc's. Na ocasião do lançamento de "Um Preto Zica", os integrantes do grupo declararam em entrevista que o *funk* era uma expressão legítima da periferia, e que consideravam a ostentação um protesto direto. Disponível em: <<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2016/04/26/racionais-mcs-atuam-em-clipe-dirigido-pelo-spielberg-do-funk-kondzilla.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

sensação de que a vida estaria melhor, de que os pobres e trabalhadores tinham vez e voz nesse país.

Nesse aspecto, a hipótese de que esse sentimento pairando no ar ajudou a mistificar as contradições de classe presentes de maneira contundente na periferia, e a partir daí, ganha espaço os ideais de consumo e negação da necessidade de protesto⁴³, faz sentido.

De acordo com Arcary,

[...] o país viveu, a partir de 2004, uma sequência de anos em que aconteceu uma redução do desemprego, aumento do salário mínimo e lenta recuperação do salário médio, depois de quinze anos de regressão social, e *predominou na classe trabalhadora uma sensação de alívio*. [...] (2014, p. 30, grifos nossos).

Sobre a dita expansão da classe média, e superação da desigualdade social, o autor sinaliza:

A formação de uma 'nova' classe média foi alardeada pela mídia apoiada em um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas do Rio: Cem milhões de brasileiros teriam alcançado renda mensal de, pelo menos R\$ 1.115,00. O processo de elevação da renda da chamada classe C, cujos lares recebem de R\$ 1.115 a R\$ 4.807 por mês (em valores de fevereiro de 2010) precisa ser mediado pelo aumento da inflação, e repousa em primeiro lugar, na diminuição do desemprego que veio com o aumento da atividade produtiva.

[...] O aumento da capacidade de consumo de uma parcela dos assalariados mais pobres é uma boa notícia, mas é insatisfatório como demonstração da formação de uma nova classe média. A elevação do salário mínimo acima da inflação, a ampliação da acessibilidade ao crédito e a redução do desemprego – associados a políticas públicas, como Bolsa Família – parecem ter sido os principais fatores do aumento do consumo das famílias entre 2004 e 2009. Mas é um abuso concluir, por analogia com outros períodos históricos, que a mobilidade social estaria mais intensa. O consumo de bens duráveis e semiduráveis, como automóveis e eletroeletrônicos, não é adequado para demonstrar que teria surgido uma nova classe média.

Um bom parâmetro, porque incontroverso, é recordar que o Brasil se manteve, em 2009, como um dos dez países com maior desigualdade social do mundo segundo o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em 177 países. O Brasil é o oitavo. Pior do que o Brasil estão apenas a Guatemala, e os africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia, todos países incomparavelmente mais pobres.

No Brasil 46,9% da renda nacional concentra-se nas mãos dos 10% mais ricos. Já os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% da renda.

⁴³ A periferia não se despolitizou diante das mudanças no âmbito do Estado, ao contrário, seguiu e segue resistindo à violência policial e ao descaso governamental com a vida da população pobre e negra.

O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento 'Variabilità e Mutabilità', em 1912. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda e as demais nada têm). O índice brasileiro foi de 0,593 em 2003. É importante acrescentar que o índice de Gini mede a diferença entre as rendas que remuneram o trabalho, portanto, não levam em conta as rendas do capital: juros e lucro, por exemplo. É, portanto, uma informação insatisfatória para avaliar toda a dimensão da desigualdade. O aumento do consumo foi circunstancial porque o crescimento do acesso ao crédito não parece sustentável dado o aumento desproporcional da inadimplência, que se aproxima rapidamente do número incendiário de 10%, e a provável formação de uma bolha de preços no mercado imobiliário.

Por outro lado a mobilidade social relativa no Brasil permanece muito baixa porque os incentivos materiais ao aumento da escolaridade são hoje menores do que foram para a geração mais velha.

[...] A queda do salário médio dos trabalhadores com mais elevada escolaridade pode estar provocando, pela primeira vez, a situação paradoxal de uma geração jovem mais instruída do que a dos seus pais, contudo, mais pobre (ARCARY, 2014, p. 34 e 35).

Assim, nos parece que essa sensação ilusória de alívio, enfeitada pela propaganda de que houve melhora nas condições de vida e trabalho é uma hipótese para explicar a ascensão do *funk* ostentação. A conjuntura mais recente tem demonstrado a fragilidade e inconsistência daqueles avanços paliativos, e estão escancarados os reais interesses do Estado brasileiro e sua subserviência ao capital. Nesse mesmo compasso, é perceptível uma diminuição na popularidade desse estilo de *funk* nas periferias de São Paulo.

2.3 O *funk* consciente: a voz crítica do *funk*

A nossa copa é a mais cara da história
 Disso todo mundo já tá ligado
 Quanto dinheiro foi mal investido
 E quanto dinheiro que foi desviado
 Quantos hospitais poderiam ser feitos
 Ou arrumar pra funcionar direito
 Diminuiria as mortes no leito
 Com a grana da copa daria um jeito
 Ou melhorar nosso transporte público
 E investir mais na educação
 Pois enquanto faltava em nossas escolas
 Cadeia terá superlotação
 Mas olha bem nossa situação
 A população sempre toma uma queda
 Pois com copa ou sem a copa
 O Brasil é a mesma merda
 E o problema é que a gente não muda
 E além da copa a culpa é nossa
 Que só cobra na última hora
 Quando percebe que o país tá na fossa

*E depois que acabar a copa
 Qual será a sua atitude
 Vai votar em qualquer um novamente
 E torcer pra que de repente o país mude?
 Operário morre por nada
 Construindo arquibancada
 Que nem o seu próprio filho vai poder sentar
 A sua grana foi usada
 Nas obras dessa parada
 Mas se quiser assistir, tu vai ter que pagar
 E o gringo que volta lá pra sua casa
 Depois de ter feito o que quis no Brasil
 Mais uma infância foi assassinada
 Por ele na prostituição infantil
 A euforia defende o povo
 Que tá sem memória e acha legal
 Ser visto como o país do carnaval, do fut e
 do turismo sexual
 Do lado do campo está o sistema
 Jogando contra o time do povo
 Que tem um atacante chamado gigante
 Que já se cansou e foi pro banco de novo
 O adversário não cochilou
 Comprou o juiz e assim avançou
 Com o gigante fora da jogada
 O time do sistema marcou mais um gol
 Foi mais um gol do adversário
 Novamente somos tirados de otário.
 (Gol do Adversário – Mc Garden⁴⁴).*

O chamado *funk* consciente é pouco conhecido e pesquisado na academia. Na pesquisa bibliográfica realizada até então não foram encontrados trabalhos que deem ênfase a essa vertente. Em alguns blogs da internet e na análise das letras das músicas, é possível afirmar que o *funk* consciente seria aquele que faz reflexões sobre a realidade, denúncias ao sistema político e ao sistema capitalista. Também aparentam entrar nessa definição as letras que refletem as opressões vivenciadas pelos jovens da periferia, e uma crítica forte ao *funk* ostentação e proibidão.

É possível perceber que alguns cantores dessa vertente o denominam de *funk* consciente, apesar de suas letras carregarem, de alguma maneira, expressões de moralismo, que pode ser definido, segundo Barroco e Terra (2012), como a prática de julgamento de comportamentos dos outros segundo critérios morais em situação que não é para ser julgada moralmente. “São atitudes discriminatórias que [...] em função de preconceitos, respaldando-se em ideias conservadoras da sociedade, logo, contam com uma base social de

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7zBgaXXZ8GI>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Transcrição nossa.

apoio para se manifestar” (p. 73 e 74). No chamado *funk* consciente, principalmente de Mc Garden, é possível verificar algumas expressões de moralismo, por exemplo, o julgamento do comportamento das mulheres, em relação ao uso de bebida alcóolica e desempenho sexual livre. Tais elementos se apresentam como resquícios de uma educação conservadora e fortemente condicionada por preceitos religiosos.

Nesse ponto, é importante mencionar o avanço das religiões neopentecostais nas periferias e o crescimento de seu poder e influência na vida política do país como um todo. A presença de religiosos na política não é novidade, entretanto, vem ganhando força nos últimos anos. Em 2003 ocorre a organização da chamada Frente Parlamentar Evangélica, uma frente suprapartidária que junta religiosos de diversas denominações – nem sempre evangélicos –, que vem desde então unindo forças para barrar projetos que propõem avanços relacionados aos direitos das mulheres, LGBTs e outras minorias, combate às discriminações presentes na sociedade como um todo, propostas para política de drogas com foco na saúde pública, entre outros; em contraponto, tal bancada defende as pautas mais conservadoras, ameaçando a laicidade do Estado brasileiro, defendendo os interesses do capital, atacando os direitos trabalhistas e apoiando todos os tipos de medidas que desfavoreçam e precarizem ainda mais a vida dos trabalhadores. Tal contexto se repete nos municípios, e nos bairros periféricos o número de igrejas evangélicas cresce mais que o número de estabelecimentos públicos que ofertam serviços à população, e muitas vezes tais igrejas substituem o Estado na oferta de educação, assistência social, lazer, segurança etc. Nesse contexto, é inegável a influência do pensamento disseminado em tais espaços religiosos, na construção das subjetividades jovens das periferias, em suas concepções de mundo e seu olhar sobre a realidade.

O chamado *funk* consciente não é popular nas periferias, mas é interessante assinalar que o cantor Duda do Marapé⁴⁵, citado por outros funkeiros como parte do rol de artistas do *funk* consciente – apesar de também cantar outros estilos, sempre foi ouvido e admirado pelos jovens de Itapevi, que estavam inseridos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em

⁴⁵ O artista Duda do Marapé foi assassinado após uma apresentação na cidade de Santos, em 2016.

Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, principalmente os que já haviam passado por internação na Fundação Casa, já que a música mais famosa do cantor relata a tristeza de alguém inserido no Sistema Penitenciário, ao receber uma carta da família:

Lágrimas caem quem já passou no sofrimento/ Coração bate acelerado, mó saudade/ Na minha vida toda só tive arrebento/ Família minha, meus amigos de verdade/ Era muito longe às vezes não tinha visita/ Graças a Deus os companheiros lá da ilha/ Sempre chegaram e nunca esqueceram de mim/ Em qualquer situação eu ia até o fim/ Mais mesmo assim a saudade continuava/ E a depressão dominava na madrugada/ E lá no pátio na direta andava só/ Os companheiros diziam: conversa que é melhor/ Um dia igual aos outros estava fazendo uma letra/ Dos amigos meus que estão bem lá no céu/ No mesmo dia tinha atracado um sedex/ Do meu pai escrito: Eduardo a saudade é cruel/ Você seguiu essa vida porque tu quis/ Eu e sua mãe que te amamos estamos aqui/ Infelizmente tu se encontra aí/ A nossa vida aqui fora tá infeliz./ Caem lágrimas, caem agora/ E vão embora, no rosto rolam, rolam, rolam/ Varias lágrimas caem agora,/E vão embora/ No rosto rolam/ De quem te adora/ No rosto rolam/ Lágrimas.⁴⁶

É possível afirmar que os jovens inseridos diretamente numa vivência do encarceramento de seus pais, irmãos, mães e deles próprios, tal letra é uma tradução de sentimentos já vivido por eles. O *funk* sobre as condições do Sistema Prisional é mais produzido e ouvido no Rio de Janeiro e Mc Sapão – funkeiro carioca com expressiva projeção na mídia – é um dos primeiros a escrever e cantar uma letra falando sobre o tema, com a música “Eu sei cantar”, na qual relata o sofrimento da reclusão, e pede perdão à sua mãe pela decepção, se comprometendo a mudar. Interessante mencionar que a projeção de um dos grupos mais influentes do *rap* – os Racionais Mc’s se deu também pelo diálogo/referência aos jovens presos, em músicas como “Diário de um detento” e “Capítulo 4, versículo 3”, entre outras, em outro paralelo entre o *rap* e o *funk*.

Com grande projeção na internet e já circulando em alguns veículos da mídia, o artista mais influente da vertente consciente em São Paulo é Lucas Rocha da Silva – o Mc Garden, paulistano da Zona Sul, de 19 anos, que tem diversas letras com reflexões sobre a situação do país, o sistema político, criticando a realização dos megaeventos – Copa e Olimpíadas –, o

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4YQc35XEm4Q>>. Acesso em: 20 jun. 2017. Transcrição nossa.

oportunismo dos pastores da bancada evangélica e a despolitização da juventude, inclusive do funk ostentação, como fica nítido na letra a seguir:

Encostei ali num baile funk/ E fui vendo os bang que não era bom/ É que eu vi os moleques de 13 com a cara de sono/ E a latinha na mão/ E essa lata já tava amassada/ Em vez de refri tinha lança perfume/ É o perfil do moleque que o pai fugiu da responsa/ E a mãe não assume/ E o dj não tinha consciência nem experiência/ Só fez piorar/ Tocou logo um funk que dizia/ Quem não baforasse não ia transar/ Me coloquei, no lugar dos pais/ Ao ver novinha bebendo demais/ E dançando que nem uma louca/ Com um mano na frente e outro atrás/ Será que é isso que os pais ensinaram?/ Será que o pai é um pai presente?/ Ou será que é a cinta que fala/ Ao invés da conversa pra entrar na mente?/ Dei uma volta quando de repente/ Vejo na minha frente uma confusão/ É que tinha uns mano bem louco/ Querendo provar quem é mais malandrão/ Não aguentam meia hora de chão/ Só paga de monstro quando tá com o bonde/ Pois quando tá sozinho afina/ Fala igual menina e ainda se esconde/ Mais pra frente, longe do perigo/ Vi logo um amigo lá no chão travado/ Do seu lado tinha um talarico/ Pegando a mina desse meu chegada/ Atrasado chegou a atração/ Pensei que ele cantasse um funk bom/ Mas só repetia sempre a mesma frase/ E ainda chamavam aquilo de som/ Mais um pouquinho eu ficava surdo/ Louco pro dj apertar o mudo/ Pois nada com nada rimava com tudo/ E sua letra não tinha conteúdo/ Então fui embora lá do pancadão/ Levando comigo a insatisfação/ E a saudade que eu sinto do Felipe Boladão/ Por favor não estrague essa arte/ Que surgiu do gueto e espalhou no país/ Faça também sua parte pra valorizar o funk de raiz/ Até curto esse funk da moda/ E sei que também sou mais um aprendiz/ Mas prefiro Cidinho e Doca (Eu só quero é ser feliz)/ O careca Mc Primo e Duda do Marapé/ E o proceder ali tava na veia/ E não ficava humilhando a mulher/ Do Marcinho, Bob Rum, Rap do Silva e do Solitário/ Hoje mc virou só um produto/ Pra encher o bolso do seu empresário/ Antigamente tu ia pro baile até de chinelo/ E tava tudo bem/ Hoje em dia tem que ter no pé/ Um boot de 1000 pra poder ser alguém/ Mesmo se a casa não tiver reboco/ Mesmo se não tiver luz no seu poste/ Faz a mãe trabalhar o mês inteiro/ Pra poder compra sua camisa Lacoste/ Incentivo ao consumo de droga/ E a gravidez na adolescência/ Na moral Mc's por favor/ Quando for compor usa consciência/ Mc Garden que tá aqui na rima/ Pra te passar um papo positivo/ E pra mostrar que o funk consciente ainda tá vivo!⁴⁷

Nesta letra, é possível vislumbrar diversas críticas ao *funk* ostentação – desde a desaprovação do consumo de drogas pelos jovens nos bailes, a postura assumida pelos jovens nesses espaços – a dança sensual das mulheres, as provocações e brigas, a pobreza e falta de conteúdo das letras, e o incentivo ao consumismo e à valorização de marcas famosas e caras. Mc Garden sinaliza a falta que sente dos funkeiros Felipe Boladão, Cidinho e Doca, Mc Primo e Duda do Marapé – artistas com letras que refletiam a

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-garden/encostei-no-baile-funk/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

realidade e faz um apelo aos demais Mc's, de que tenham consciência ao compor, e se reivindica um representante do *funk* consciente. Observando as redes sociais, plataformas de vídeo e a internet como um todo, é possível afirmar que tal vertente vem ganhando importância no universo do *funk*.

2.4 A diversidade de expressões do *funk*

Eu sou passiva, mas meto bala/ Se quiser tapar meu cu com a sua bíblia eu meto bala
Silas Malafaia, ama ao gay como ao bandido/ Então ele me ama em dobro, que eu sou gay e sou bandida/ Eu sou gay e sou bandida, mas não transo Malafaia
Não dou bola pra facismo, não tolero homofobia/ E se vier mexer comigo... (som de tiro)
O Feliciano, diz que bichisse tem cura/ Mas se vier me curar, ele é quem vai tomar uma curra/ Sou passiva violenta, tô armada e meto bala/ Essa é uma declaração de guerra, das bichas do Terceiro Mundo.
Si no podemos ser violenta, no es nuestra revolución.
Jair Bolsonaro, fala mal das prostitutas/ Mas se tranca no motel, e vai tomar água de chuva.
Vai Edir Macedo, deixa de ser recalcada/ Vai viado se liberta, abre o edi e vem pra festa.
 (Eu sou passiva, mas meto bala - K-trina Erratik)⁴⁸.

Na trajetória da pesquisa foi possível verificar a existência de diversas vertentes do *funk*, além das já apresentadas aqui. Algumas delas serão expostas como ilustração da riqueza e diversidade do *funk* produzido pelas periferias de São Paulo, Rio de Janeiro e outras localidades do Brasil.

Um dos estilos mais conhecidos do *funk*, inclusive já mencionado no presente trabalho, é o *funk* proibidão, que tem origem e maior expressão no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi na Baixada Santista, que tal estilo se construiu de maneira mais contundente, caracterizando-se por falar sobre a criminalidade, com referência a facções criminosas e ao uso de drogas,

⁴⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=qOwvtgYzYfM>>. Acesso em: 12 nov. 2017. Transcrição nossa.

fazendo menção ao tráfico e à violência presente nas favelas e periferias de modo geral. Um episódio marcante que trouxe à tona o *funk* proibidão, ocorreu no início de 2017, quando uma facção criminosa conhecida como FDN – Família do Norte – divulgou vídeo e áudio com um *funk* comemorando a chacina de 56 presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no Estado do Amazonas. Os presos assassinados pertenciam a outra facção criminosa o PCC – Primeiro Comando da Capital, relatando que “foi mídia do mundo todo/ arrancamos várias cabeças” se referindo à repercussão do ocorrido e à marca da facção, que mata suas vítimas por meio de decaptação. A chacina ocorrida é expressão da barbárie imposta pelo capitalismo, pela desigualdade social, pelo racismo institucionalizado, pela falência do sistema penitenciário brasileiro e pela farsa da guerra às drogas, já discutida no Capítulo I deste trabalho, que divide os jovens da classe trabalhadora, em sua maioria pobres, negros e das periferias, em facções que se digladiam, enquanto os agentes do Estado fingem combater o tráfico e a violência, aplaudindo a matança e a desgraça do futuro de tantos.

Algumas músicas de tal vertente do *funk* já foram proibidas por diversas vezes no Rio de Janeiro, censurados em outros lugares, duramente criticados na maioria dos espaços, com a justificativa que se trata de apologia ao crime, à violência, às drogas. Na realidade trata-se de uma vertente do *funk* que apenas apresenta uma tradução da realidade vil cujas mazelas o capitalismo impõe a determinada parcela da população.

Vertente do *funk* também considerada como *funk* proibidão é aquela que faz referência explícita a práticas sexuais, popularmente conhecida como *funk* putaria. Em janeiro de 2018, a música “Só surubinha de leve” de Mc Diguinho foi muito discutida e repudiada nas redes sociais, e até retirada as plataformas de *streaming* como Spotify e Deezer, e também do Youtube, devido a sua letra:

É o Selminho que tá mandando, anda chama/ É o Diguinho que tá mandando, anda chama/ Pode vim sem dinheiro/ Mas traz uma puta / Brota e convoca as puta/ Brota e convoca as puta/ Mais tarde tem fervo Hoje vai rolar suruba/ Só surubinha de leve/ Surubinha de leve com essas filha da puta/ Taca bebida depois taca pica/ E abandona na rua (Mc Diguinho, 2018).

Considerando que a sociedade é estruturada historicamente em preceitos machistas, homofóbicos e racistas – ainda que muitos negros

estejam no meio social do *funk* – é compreensível que o *funk*, assim como outros estilos musicais reproduzam tais preconceitos em suas letras. Entretanto, a música apresentada, além de ser uma expressão da misoginia e do machismo, incentiva a cultura do estupro (“*taca a bebida, depois taca a pica e abandona na rua*”) de modo explícito e tais expressões precisam ser combatidas veementemente, e de maneira cotidiana e incansável.

Contudo, “Só surubinha de leve” não representa a totalidade de significados do *funk* putaria. No contexto atual, de consolidação do moralismo religioso, repressão sexual, avanço das posições retrógradas relacionadas à sexualidade, principalmente em relação à sexualidade da mulher, uma música que fale livremente de sexo como fonte de prazer e alegria de homens, mulheres, jovens e adultos pode ser uma expressão de afirmação da liberdade, transgressão do *status quo*, combate ao conservadorismo e à hipocrisia da sociedade, assim como uma possibilidade de repensar as relações de gênero de uma maneira mais progressista e emancipada.

O *funk* putaria feito por mulheres é discutido há algum tempo na academia, com dissertações e teses⁴⁹ já defendidas que reforçam a compreensão de que, ainda que no meio do *funk* existam diversas expressões de machismo e objetificação da mulher, existem exemplos que extrapolam tais expressões, e transgridem o papel submisso e menor atribuído às mulheres pela sociedade, que cultiva valores tão retrógrados. Quando as letras, ritmos, danças e vestuários utilizadas pelas funkeiras gritam ao mundo que são mulheres, donas de sua sexualidade, que gostam de transar e que não têm motivos para se envergonhar disso, tais artistas estão, de alguma maneira, subvertendo a lógica de dominação masculina e do patriarcado, e considerando toda a utilidade que a opressão feminina representa para o sistema social vigente, é possível dizer que mulheres em processo de emancipação também são uma ameaça ao capitalismo, como já sinalizou Evelyn Reed:

⁴⁹ CAETANO, Mariana Gomes. *My Pussy é Poder – Representação feminina através do funk: identidade, feminismo e indústria cultural*. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades). Curso de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. FELIX, Iara. *Mulheres Negras e Baile Funk: sexualidade, violência e lazer*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Lazer, Cultura e Educação). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

[...] a subordinação de um sexo é parte e consequência de uma pressão mais ampla da exploração da massa trabalhadora por parte dos capitalistas, detentores do poder e da propriedade. Portanto, a luta pela liberação das mulheres é inseparável da luta pelo socialismo (2008, p. 104).

Estilo de *funk* que também merece destaque é aquele feito por artistas transexuais, que abordam a temática LGBT de maneira crítica e conectada aos movimentos sociais. Importante mencionar que não se trata de um estilo homogêneo e que as artistas apontadas aqui não tem muitas características em comum, mas principalmente combatem a invisibilidade da mulher transexual, a transfobia e a violência vivenciada por elas cotidianamente, no país que mais assassina pessoas trans no mundo. Mc Linn da Quebrada é uma artista do *funk* de São Paulo, que já transitou no meio do *rap* e se intitula “terrorista de gênero”, se reconhecendo como “*bicha, trans, preta e periférica*”, utiliza a música como forma de protesto LGBT, como é possível observar na letra de “Bomba pra caralho”:

Baseado em carne viva e fatos reais/ É o sangue dos meus que
 escorre pelas marginais/ E vocês fazem tão pouco mas falam demais/
 Fazem filhos iguais, assim como seus pais/ Tão normais e banais, em
 processos mentais/ Sem sistema digestivo lutam para manter vivo/
 Morto, vivo, morto, vivo, morto, morto, morto, viva!
 Bomba pra caralho, bala de borracha, censura, fratura exposta/
 Fatura da viatura, que não atura pobre preta revoltada/ Sem
 vergonha, sem justiça, tem medo de nós/ Não suporta a ameaça
 dessa raça/ Que pra sua desgraça a gente acende (a)ponta, mata a
 cobra, arranca o pau/ Tem fogo no rabo, passa, faz fumaça, faça
 chuva ou faça sol/ É uó, (u)ócio do comércio em ofício que policia/ o
 comércio de lucros e loucos que aos poucos/ Arrancam o couro dos
 outros mais pretos que louros, os mouros/ Morenos, mulatos, pardos
 de papel passado presente futuro/ Mais que perfeito, em cima do
 muro, em baixo de murro!
 No morro, na marra quem morre sou eu? Ou sou eu quem mata?/
 Quem mata, quem multa, quem mata sou eu? Ou sou eu quem mata?
 Quem mata, quem multa, quem mata sou eu? Ou sou eu quem mata?
 (Bomba pra caralho – Mc Linn da Quebrada⁵⁰).

Assim como Mc Linn da Quebrada, Mc Trans, Mc Xuxu e muitas outras mulheres transexuais vêm cantando o orgulho e liberdade de identidade de gênero, pautando de maneira contundente e profunda a sexualidade, o feminismo, a cultura da periferia e a resistência das mulheres trans.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZYOlvMyZ_GU>. Acesso em: 15 nov. 2017. Transcrição nossa.

É possível afirmar que o universo artístico-cultural do *funk* é dialético, diverso, contraditório e em disputa, ora se apresentando como veículo de opressão e reprodução de preconceitos, ora expressando a resistência e a militância de grupos ou indivíduos que contribuem para a politização e reflexão da sociedade sobre tantas questões fundamentais. Lamentavelmente, a origem pobre, negra e periférica do *funk* segue causando incômodo, ódio e tentativas de criminalização no Brasil, como será apresentado a seguir.

2.5 A criminalização do *funk*

*Quem disse, que o funk não tem seu valor?/
Quem disse, que é crime cantar e compor?/
Desiste! Deserdaremos nossa recompensa/
Crime é roubar das crianças, sua merenda!/
Olha meu senhor, você vai me desculpar /
Mas quem é você para o funk, incriminar?/
Antes de mais nada diz onde é que foi
parar/ Aquela mala de 500 mil, onde é que
tá?/ Acho que o povo aqui na quebrada vai
precisar,/ A vida é tão dura que só nos resta
cantar./ Aqui na favela a gente não tem
muita escolha,/ Futebol e funk sempre
alegram as coisas/ Mas como sempre,
você querem complicar/ Tirando do povo a
alegria de cantar.*

(Funk não é crime – Mc Bruno Henri)⁵¹.

Em 2 de junho de 2017, a capa do Diário Oficial do município de Itapevi estampava a machete “Itapevi inicia ações do Cidade Segura: iniciativa tem como objetivo combater bailes *funk* e pancadões”⁵². De acordo com a matéria, o Programa Cidade Segura é uma iniciativa da prefeitura para atender às solicitações dos moradores da cidade, de combate aos pancadões e bailes *funks*. As ações do programa ocorrem com base na lei municipal 1796/2006 – que proíbe a venda de bebidas alcóolicas após as 23 horas na cidade. Segundo o jornal:

No Jardim Rosemary, a GCM foi recebida com garrafadas ao impedir a realização de um baile *funk* com cerca de 250 pessoas durante a madrugada de sexta para sábado. No entanto, os agentes

⁵¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gJpY3p6zf5c>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Transcrição nossa.

⁵² Disponível em: <http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_gabinete/diario_oficial/2017/439.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

conseguiram conter o tumulto e fazer prevalecer a ordem, o proprietário da residência foi autuado pela GCM e pagará multa no valor de R\$ 19.400,00 pela organização do baile funk.

As propostas de criminalização do *funk* estão se espalhando por diversas cidades e Estados do Brasil e em algumas localidades, a proibição já é uma realidade, como é o caso de Osasco – cidade vizinha de Itapevi, que desde 2016 vem proibindo a realização dos pancadões, que basicamente são encontros dos jovens, com aparelhagem de som, em algum espaço livre nos bairros periféricos, para ouvir música, dançar e socializar. Carapicuíba, na mesma região, também vem declarando “tolerância zero” aos bailes. A principal justificativa dos agentes públicos é de que tais eventos são espaços de uso e tráfico de drogas e criminalidade.

O apelo para que o *funk* seja proibido chegou ao Senado, com uma proposta de iniciativa popular, que foi publicada na internet pelo paulistano Marcelo Alonso em 24/1/2017 e após cinco meses, teve 20.296 assinaturas de apoiadores. A proposta em si é: criminalizar o funk como crime de saúde pública a crianças, adolescentes e a família. A seguir, está transcrito o texto da proposta na íntegra:

Descrição. É fato e de conhecimento dos brasileiros difundido inclusive por diversos veículos de comunicação de mídia e internet com conteúdos podre alertando a população o poder público do crime contra a criança, o menor adolescentes e a família. Crime de saúde pública desta ‘falsa cultura’ denominada ‘fuck’. [sic].

Mais Detalhes: os chamados bailes de ‘pancadões’ são somente um recrutamento organizado nas redes sociais por e para atender criminosos, estupradores e pedófilos a prática de crime contra a criança e o menor adolescentes ao uso, venda e consumo de álcool e drogas, agenciamento, orgia e exploração sexual, estupro e sexo grupal entre crianças e adolescentes, pornografia, pedofilia, arruaça, sequestro, roubo etc (sic).⁵³

Nitidamente trata-se de uma proposta sem fundamento, sem argumentos plausíveis, fundamentado num discurso raivoso e sem correspondência com a realidade. A proposta nem mesmo é compreensível. Mas, com todas as particularidades bizarras do texto, ela foi acolhida e encaminhada pelo Senado. Após diversos debates nesse âmbito, a tentativa de criminalização foi rejeitada em setembro de 2017, com a alegação de que se

⁵³ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129233>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

tratava de uma proposição inconstitucional, pois cercearia a livre manifestação cultural e de pensamento. Tal iniciativa não se trata da primeira proposta para a criminalização das expressões artístico-culturais das populações pobres e negras no Brasil.

A repressão policial ao lazer de populações negras no Brasil não é novidade do fim do século XX. O Livro V das Ordenações de Filipinas já proibia os bailes de escravos. O Código Criminal de 1830, por sua vez, criou o crime de insurreição, punia a propaganda da insurreição, punia a celebração, propaganda ou culto de confissão religiosa que não fosse oficial, criminalizou a vadiagem e a mendicância. [...] O Código de Posturas de 1838 recomenda aos donos das tavernas que não permita o ajuntamento de mais de quatro escravos e estabelece que todo o escravo que for encontrado das sete horas da tarde em diante, sem escrito de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim a que vai, sofrerá oito dias de prisão (CYMROT, 2011, p. 171).

Já no início do século XX, o samba passou pelo processo de criminalização, e ser sambista era sinônimo de ser vagabundo, adepto da vadiagem. A capoeira e o *rap* também são expressões culturais que já enfrentaram tentativas de criminalização. Qual é o ponto em comum de todos esses exemplos? Trata-se de expressões culturais apreciadas, produzidas, vivenciadas pela população negra e pobre brasileira, em diferentes momentos históricos.

De acordo com Cymrot (2011), o funk e seus artistas sofrem o processo de criminalização há muito tempo. No Rio de Janeiro, desde o início da década de 1990, há iniciativas de fechamento de bailes, investigação da ligação com o tráfico de drogas, investigação de Mc's por apologia às drogas e ao crime organizado.

Em alguns bailes funk de fato ocorrem brigas, consumo de drogas e sexo, assim como em vários locais frequentados por uma aglomeração de jovens, mas é mais fácil e lucrativo eleitoralmente responsabilizar o funk pelos graves problemas sociais do país e proibir os bailes, seja direta ou indiretamente, através da imposição de inúmeras condições burocráticas para realiza-los de forma lícita, do que enfrentar as causas da violência e da criminalidade (CYMROT, 2011, 196).

A criminalização do funk é mais uma expressão do caráter penal, racista e burguês do Estado e da classe política brasileira. Desse modo, é de suma

importância compreender tal expressão artística cultural e as percepções dos jovens à respeito desta, com o intuito de romper com tais estigmas.

CAPÍTULO III A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL, A JUVENTUDE DE ITAPEVI E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O UNIVERSO DO *FUNK*

*Se as coisas são inatingíveis... Ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*
(Mário Quintana⁵⁴)

3.1 Juventudes!

*Eu acredito/ É na rapaziada/ Que segue em
frente/ E segura o rojão/ Eu ponho fé/ É na
fé da moçada/ Que não foge da fera/ E
enfrenta o leão/ Eu vou à luta/ É com essa
juventude/ Que não corre da raia/ À troco de
nada/ Eu vou no bloco/ Dessa mocidade/
Que não tá na saudade/ E constrói/ A
manhã desejada
Aquele que sabe que é negro/ O couro da
gente/ E segura a batida da vida/ O ano
inteiro/ Aquele que sabe o sufoco/ De um
jogo tão duro/ E apesar dos pesares/ Ainda
se orgulha/ De ser brasileiro/ Aquele que sai
da batalha/ Entra no botequim/ Pede uma
cerva gelada/ E agita na mesa/ Uma
batucada/ Aquele que manda o pagode/ E
sacode a poeira/ Suada da luta/ E faz a
brincadeira/ Pois o resto é besteira/ E nós
estamos pelaí...
(E vamos à luta – Gonzaguinha⁵⁵)*

O senso comum e, também, algumas vertentes teóricas que abordam a discussão de família e também de grupos populacionais geracionais apresentam em grande parte das vezes, uma análise a-histórica e desconectada do movimento da realidade sobre eles, comumente apoiada em concepções romantizadas, moralistas e religiosas do que seria família, infância, adolescência, juventude, velhice, entre outros⁵⁶. No presente trabalho, o intuito

⁵⁴ Poema: Das Utopias.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/gonzaguinha/259335/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

⁵⁶ Iamamoto, ao refletir a profissão, faz um apontamento pertinente à discussão proposta no tópico: “A tênue associação, antes referida, entre fundamentos do Serviço Social e as mediações necessárias para explicar o trabalho cotidiano pode facilitar a difusão de influxos conservadores (e pós-modernos) focalizados na família, nos indivíduos isolados e grupos particulares. Eles se espriam na profissão sobre o conduto das políticas públicas submetidas

é romper com tais concepções, pois partiremos da concepção de que família, infância, juventude e velhice, entre outros são conceitos historicamente construídos, condicionados pelos contextos sociais, econômicos e políticos.

A compreensão mais generalizada do senso comum, afirmando que juventude é um ciclo etário que marca a passagem entre a infância e a vida adulta é limitada e desse modo, partimos do pressuposto de que entender a juventude, baseada apenas em marcos etários não dá conta de traduzir a complexidade de significados de ser jovem.

Atualmente, dentro de uma concepção mais avançada, há diversos entendimentos sobre qual é o melhor conceito para definir tal grupo populacional. Os textos oficiais de órgãos públicos voltados à educação já falam em condição juvenil, conceito que abarcaria contextos culturais e sociais, trajetórias de vida e outros elementos, problematizando as seguintes questões:

Vários autores vêm dando ênfase à combinação dos termos juventude e juventudes, o que alerta tanto sobre a importância de singularizar o jovem, enquanto parte de uma geração e de um período histórico (população de um determinado corte), como para a importância de considerar ambiências sociais e sistemas de identidades pelos quais diferentes jovens circulam. Os sistemas de classe, raça e gênero – e neste, o de sexualidade – identificam jovens quanto a necessidades, imaginários e tipos de vivências. Contudo, vem também se alertando que tais marcadores sociais não são os únicos para tal singularização. No caso do Brasil, que prima por desigualdades sociais várias, à pertença territorial e à inserção nas instituições socializadoras, somam-se também aquelas comumente mencionadas.

Quando a referência é 'juventudes', há que estar atento à 'diversidade' e como esta pode se confundir com ou camuflar os processos de desigualdades sociais. Importante combinar, no campo da educação, políticas universais e políticas focalizadas, considerando que existem distintos tipos de sujeitos jovens. De fato, a fronteira entre diversidade e desigualdades sociais é fluída, mas básica, quando se tem como foco as múltiplas determinações que as instituições podem imprimir na vida dos jovens. Em vários trabalhos sobre juventudes nas escolas, tem-se registrado o silenciamento sobre desigualdades na forma de tratamento e até mesmo discriminações quanto à raça e à orientação sexual, entre outras. Chama a atenção que as relações sociais entre os jovens incorporam

aos ditames neoliberais, obscurecendo o pertencimento de classe e as lutas coletivas dos sujeitos sociais. Esses sujeitos são fragmentados em seus fragmentos – crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais etc. – dissociados de sua produção social e histórica na teia das relações de classe, no elogio a uma visão da família haurida em teorias conservadoras. Aqueles segmentos passam a ser lidos como 'excluídos', 'vulneráveis', 'sujeitos ao risco social' e as causalidades dessa condição deslocadas da sociedade de classes para os indivíduos pobres e suas famílias, estigmatizados como portadores de dificuldades pessoais no acesso a recursos e oportunidades sociais, naturalizando-se o orfenamento social instituído" (2011, p. 232).

'brincadeiras' sobre diferenças, que fazem parte do universo das violências e contribuem para a solidificação de desigualdades e classificações hierárquicas do outro (Abramovay, 2015, p. 22).

Entretanto, de acordo com Abramovay, desde 2005, quando ocorre a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, as necessidades empíricas de direcionamento de políticas públicas foi importante apontar que a população jovem é aquela que tem entre 15 e 29 anos⁵⁷. Para tal definição, os órgãos governamentais afirmam ter considerado o aumento de tempo para a formação escolar e profissional, o alargamento de tempo que os filhos permanecem na residência das famílias de origem, bem como as limitações de inserção no mercado de trabalho.

Não é uma tarefa fácil apresentar uma definição de juventude, entre as tantas debatidas na academia, propostas pelas instituições, além das apreensões reproduzidas de maneira generalizada pelo senso comum, considerando a já citada complexidade do tema, assim como a constituição social e cultura do conceito.

É possível afirmar que o termo *juventudes*, no plural, quando nos referimos a todos os jovens de uma determinado país, geração, cidade, nos parece o mais adequado, considerando que há pouca similaridade entre os modos de vida, imagem socialmente construída, relação com o Estado, inserção nas instituições entre jovens que são sujeitos dessa pesquisa – e os jovens de classe média moradores de regiões mais abastadas da Grande São Paulo, ou ainda os jovens de cidades do interior do Estado, ou mesmo aqueles que se identificam com “tribos” urbanas como os *punks*, e tantos outros exemplos.

Dayrell aponta as seguintes ponderações:

[...] a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais

⁵⁷ Tal definição etária é colocada inclusive na legislação brasileira, quando em 2013, é aprovado o Estatuto da Juventude, pela lei 12.852.

(etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (2003, p. 42).

Nesse sentido, o mesmo autor propõe a seguinte definição:

[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens [...] constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de *juventudes*, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL, 2003, p. 42, grifo nosso).

No Serviço Social, a discussão sobre as juventudes vem sendo tecida há algum tempo, e diversas autoras se debruçaram a refletir principalmente sobre os jovens filhos da classe trabalhadora, demarcando as particularidades raciais, territoriais e de gênero que perpassam a condição individual e coletiva de ser jovem, reafirmando os princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional⁵⁸. Ao denunciar a violência e opressão do Estado, a falta de políticas públicas, afirmam a importância de lutar lado a lado com os movimentos sociais pela defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens defendendo uma sociedade em que os jovens, assim como todos os homens e mulheres de todas as idades, tenham possibilidade de viver plenamente sua

⁵⁸ O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro é, de acordo com Marilda Vilela Iamamoto, historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital (2011, p. 223). É nesse contexto, colado às lutas pela redemocratização nos anos de chumbo, que emerge a renovação crítica do Serviço Social no Brasil. De acordo com a autora, o Projeto Ético Político se materializa a partir de várias dimensões, ou seja: a) instrumentos legais da profissão; b) nas expressões e manifestações coletivas da categoria; c) nas articulações com outras entidades de Serviço Social, com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados; d) no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços sociocupacionais; e) no ensino universitário (IAMAMOTO, 2010).

humanidade, de maneira livre, autônoma e emancipada, numa nova ordem social.

Iamamoto afirma que,

[...] um dos desafios (do trabalho do assistente social com crianças e jovens) é atribuir visibilidade e transparência a esses sujeitos de direitos: o seu modo de vida, cultura, padrões de sociabilidade, dilemas de identidade, suas necessidades suas lutas pelo reconhecimento efetivo da cidadania, seus sonhos e esperanças, afirmando os direitos de ser criança para aqueles que vivem a experiência de uma infância negada e de uma juventude desenraizada. O desenraizamento pessoal e social a que são submetidos nega a sua condição de sujeitos de direitos. [...] O enraizamento é um direito humano esquecido: todo homem tem uma raiz de participação na coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes ao futuro. E o desafio nem sempre é buscar o que se perdeu, mas o que pode nascer numa terra de erosão (2010, p. 265).

Nessa direção, é necessário refletir sobre as ricas possibilidades da atuação das assistentes sociais com a juventude, a partir dos espaços coletivos e educativos nas instituições que atendem a esta população.

3.2 A dimensão educativa do Serviço Social e o atendimento à população jovem

Os que lutam contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital – têm como tarefa educacional a transformação social ampla e emancipadora.
(Emir Sader, 2005⁵⁹).

Tecer reflexões sobre a dimensão educativa do Serviço Social, com o objetivo de refletir a importância de tal dimensão no trabalho profissional desenvolvido pelas assistentes sociais⁶⁰ com a juventude – especificamente a juventude pobre, negra e periférica – exige que sejam debatidas preliminarmente as questões consideradas mais relevantes quanto à temática

⁵⁹ In: MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁶⁰ Considerando a majoritária presença feminina na categoria profissional, bem como a invisibilização machista legitimada historicamente e refletida inclusive na língua portuguesa, optei por me referir à categoria como as assistentes sociais, no gênero feminino, reconhecendo a grande contribuição das mulheres para a categoria.

da educação, de maneira mais abrangente, com vistas a deixar nítido o caráter da dimensão educativa proposta em tal discussão.

Ao escrever o prefácio do livro *Educação para Além do Capital*, Emir Sader afirma que a educação na sociedade capitalista tem como objetivo “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (2005, p. 15). O autor ainda complementa afirmando que a educação, que tem potência de instrumento da emancipação humana é transformada em mais uma peça no processo de acumulação do capital, contribuindo de forma fundamental para a construção de um consenso que possibilita a reprodução da divisão da sociedade em classes.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise no sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (SADER, 2005, p. 16).

Assim, a educação formal, regulada – quase sempre de maneira autoritária e sem participação popular – e ofertada pelo Estado de modo compulsória, se constitui como uma força importante para o capital adentrar corações e mentes de crianças, adolescentes e jovens, buscando prepará-los para a conformidade com as injustiças inerentes ao modo de produção capitalista. Mészáros aponta que,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (2005, p. 35-36).

A educação ofertada nas escolas brasileiras, via de regra, reproduz a lógica do capital, desde as normas rígidas, os horários e intolerâncias com atrasos, a organização de filas para a divisão das turmas – principalmente na educação infantil –, a disposição das cadeiras enfileiradas, as atividades engessadas, os conteúdos repetitivos e alheios à vida concreta da maioria das crianças, adolescentes e jovens que acessam as escolas, as provas, a obrigação de memorizar mecanicamente determinados conteúdos a fim de superar tais provas, a reprovação dos que não atingiram as notas, contabilizadas a partir das respostas corretas daquelas provas, a utilização de uniformes, a hierarquia absoluta – na qual o aluno é a parte que menos detém poder de fala, opinião ou vontade.

Todos esses elementos, e tantos outros que poderiam ser longamente listados nesse trabalho, contribuem para moldar um tipo de adulto perfeitamente adaptado à lógica do sistema capitalista, com responsabilidade em relação aos horários de trabalho na fábrica e demais espaços de exploração, que não questiona a autoridade e a hierarquia patronal, que se cala diante da injustiça e da violência do Estado, que não se vê como sujeitos sociais, com potência de criar, propor, transgredir, se manifestar e muito menos transformar a realidade.

Realidade esta que na educação se apresenta de maneira infeliz e trágica do ponto de vista da classe trabalhadora. Entretanto, a escola não é o único espaço da educação, existem outras concepções de educação diferentes do modelo hegemônico, e por fim, mesmo dentro de um sistema educacional tão enrijecido e negador de potências humanas, existem muitos profissionais e jovens que atuam de modo a questionar e aprofundar as contradições de tal estrutura, propondo outros projetos de educação.

De acordo com Mészáros,

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: ‘a aprendizagem é a nossa própria vida’. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Elas comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente matéria mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por

nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. [...] os processos acima descritos têm uma enorme importância, não só nos nossos primeiros anos de formação, como durante a nossa vida, quando tanto deve ser reavaliado e trazido a uma unidade coerente, orgânica e viável, sem a qual não poderíamos adquirir uma personalidade, e nos fragmentaríamos em pedaços sem valor, deficientes mesmo a serviço de objetos socioepolíticos autoritários (2005, p. 53).

Desse modo, a concepção mais ampla sobre a educação propõe que muitos são os momentos e espaços da vida dos indivíduos propícios para a aprendizagem, que extrapolam os conteúdos engessados da educação formal e se relacionam com as questões concretas da vida humana, como proposto por Mészáros, ao afirmar que, em contraposição ao fato de que as escolas são como prisões, “os jovens podem encontrar alimento intelectual, moral e artístico noutros lugares” (2005, p. 54).

Para o autor, “a educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente” (Mészáros, 2005, p. 71),

[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como foi descrito neste texto. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas tem êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos – todos, porque sabemos muito bem que ‘os educadores também têm que ser educados’ – mantê-las de pé, e não deixá-las cair. As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso (2005, p. 75 a 76).

Nessa direção, a dimensão educativa do Serviço Social vem sendo debatida por diversas autoras⁶¹, que propõem uma intervenção social e historicamente localizada, conectada aos direcionamentos expressos no Projeto da Profissão e que têm muita relação com a concepção de educação defendida por Mészáros – uma educação para além do capital. A relativa autonomia que as assistentes sociais tem em relação às instituições públicas e

⁶¹ ABREU, Marina Maciel (2004 e 2002); CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel (1999); entre outras.

privadas em que atuam possibilita a criação de espaços privilegiados de debate, reflexão e construção de novos sentidos em conjunto com os chamados usuários dos serviços nas quais tais profissionais atuam.

A dimensão educativa se materializa através da linguagem utilizada para fomentar reflexões a partir das mediações construídas entre as particularidades dos indivíduos presentes nas atividades institucionais e a universalidade dos processos sociais comuns à coletividade.

A necessidade de aprimoramento da linguagem na intervenção à luz da dimensão educativa do Serviço Social com adolescentes e jovens inseridos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no município de Itapevi foi a principal motivação e motor do presente estudo. A busca por construir conhecimento coletivamente, combatendo o autoritarismo e a hierarquia presentes nos espaços institucionais, possibilitou à pesquisadora a aproximação e o desejo de compreender as formas de se relacionar dos jovens atendidos daquela região. O objetivo de tal aproximação foi aprimorar a linguagem, valorizar os saberes e valores e suscitar reflexões acerca da vida e da realidade coletiva do bairro, do município, da região, do país. Contudo, a aproximação com o universo artístico cultural do *funk* acendeu tantas questões, que extrapolou a prática profissional e motivou a busca de outros horizontes de construção de conhecimento.

3.3 O fluxo do *funk* em Itapevi

Aí você vai ali pra pegar um bocadinho, ali você vai na finalidade de quê? Dá uns beijo, conhecê alguém diferente né, ali você não vai pra vulgarizar ninguém...

(Jovem itapeviense, participante da pesquisa, sobre os motivos do mesmo frequentar os bailes *funk*).

Por ocasião da aprovação do Projeto de Pesquisa referente a esta dissertação, no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social em finais de 2015 e início de 2016, a pesquisadora propôs a realização de um Grupo Focal junto aos jovens atendidos e também convidados externos no espaço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do

município de Itapevi. A justificativa de tal escolha, é de que a pesquisadora atuava como assistente social naquele espaço, e principalmente, devido à existência de um grupo consolidado, de muita qualidade e participação no âmbito do Creas, chamado *Malungos do Gueto* – o qual seria um espaço de rico debate, pois os jovens tinham ampla identidade com o grupo, sentiam-se à vontade para opinar, divergir e convergir nas discussões propostas.

O grupo socioeducativo *Malungos do Gueto* foi idealizado pela equipe responsável pelas Medidas Socioeducativas no início de 2015, com o objetivo de contemplar os jovens com vínculos consolidados no serviço, que eram acompanhados a certo tempo e já cumpriram os acordos coletivos listados no Plano Individual de Atendimento homologado junto ao Poder Judiciário. O nome do grupo foi decidido numa votação ocorrida no Creas. A palavra *Malungo* é um termo africano e significa irmão da travessia, irmão da caminhada e *Gueto* é um termo genérico, uma gíria para definir a periferia, um espaço em que um grupo populacional vivencia as consequências da desigualdade de acesso ao direito à cidade. Assim, o nome do grupo expressa o caráter de coletividade, de parceria entre os adolescentes e os técnicos e demais funcionários do Creas, objetivando o desenvolvimento de novas relações, perspectivas de convivência e contribuição crítica à luta coletiva pelo rompimento com as injustiças e desigualdades sociais. Outro objetivo do grupo *Malungos do Gueto* é garantir o acesso às informações e linguagens socialmente constituídas e produzidas, ampliar o universo cultural, filosófico, artístico e político dos adolescentes, extrapolando as metodologias tradicionais e buscando atuar de maneira horizontal, humana e solidária, visando estimular os jovens a adotar essa postura em suas vidas familiares e comunitárias.

O grupo se organizou e consolidou entre os anos de 2015 e início de 2017, ocorrendo mensalmente no Creas e em diversos espaços do município – e fora do mesmo. As atividades eram planejadas de maneira participativa, onde os jovens e os profissionais definiam as próximas ações, de modo que foi possível discutir temas muito diversos e importantes para todos os participantes: “Sexualidade, afetividade e relações sociais na juventude”; “O que é cidade? repensando o nosso espaço urbano”; “Juventude, representatividade e cultura”; “Participação social e cidadania”, entre tantos

outros temas. Tais atividades proporcionaram além de muitos debates calorosos e profundos, vivências coletivas e enriquecedoras para jovens e técnicos do Creas, como a visita à Ocupação Esperança no município de Osasco, quando foi possível conhecer a organização do Movimento Luta Popular⁶² e a luta por moradia, oficina de fotografia itinerante na cidade de Itapevi, e quando todos puderam fotografar e expressar seus pontos de vista a respeito de seu lugar de moradia e socialização, uma roda de música com microfone e aparelhagem de som onde todos puderam cantar, e o *funk* foi o estilo mais cantado pelos jovens. Em todos esses momentos foi possível refletir sobre a vida na periferia, o tráfico e uso de drogas, assim como o debate sobre a legalização das drogas, o racismo, o machismo, gênero, aborto, família, escola e muitos outros temas.

No início de 2017, a pesquisadora assumiu cargo público em outra prefeitura, de modo que deixou de fazer parte da equipe do Creas Itapevi, contudo, manteve contato e acompanhamento do Serviço, objetivando realizar o Grupo Focal para a pesquisa com os jovens atendidos pelo Creas e também jovens convidados, no espaço do grupo Malungos do Gueto. Entretanto, durante todo o ano de 2017, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto foi sendo desmontado de maneira lamentável, assim como os demais serviços da Política de Assistência Social, e das demais políticas públicas no município. A equipe atual daquele serviço relatou que não foi possível realizar as reuniões mensais, ou mesmo as atividades externas como ocorria anteriormente, pois não foram disponibilizados recursos para o custeio de lanches para os participantes, deslocamento para atividades externas, ou mesmo materiais básicos para utilização nas oficinas. Ademais, o Serviço teve uma diminuição drástica no número de trabalhadores, acarretando uma grande sobrecarga de trabalho àqueles que permaneceram.

Assim, quando foi realizado o Grupo Focal para a presente pesquisa, no mês de novembro de 2017, os jovens que tiveram interesse em participar não estavam habituados com os debates grupais, pois a maioria começou seu

⁶² O Movimento Luta Popular é um movimento social urbano que atua nas periferias de cidades em vários Estados brasileiros desde o ano de 2012, atuando na luta por moradia, por meio de ocupações urbanas, e também contribuindo para a organização e luta pelo direito à cultura e educação, fortalecendo a juventude para a atuação combativa nos territórios.

acompanhamento no Creas naquele ano, quando todas as atividades estavam sofrendo com a falta de recursos e de trabalhadores. De tal maneira, o debate do Grupo Focal foi um pouco prejudicado pela pouca familiaridade que aqueles jovens apresentavam com o tipo de atividade, demonstrando timidez e uma menor disposição para a discussão, ainda que tenham participado e opinado de maneira satisfatória.

Quanto à escolha metodológica pela realização do Grupo Focal, justifica-se pela necessidade de privilegiar o debate e a discussão coletiva, considerando os elementos já citados anteriormente. De acordo com Netto, Moreira e Sucena,

Ao optar por abordar a técnica de Grupos Focais na pesquisa social, é preciso enfatizar que esse debate recebe destaque, nesse momento introdutório, por sua importância para o futuro da pesquisa social, que demanda, cada vez mais, uma postura crítica e dialética, visando à superação dos pontos contraditórios, tornando-os públicos para que possam também ser submetidos a outras críticas (2002, p. 2).

Desse modo, a pesquisadora se reuniu com a equipe responsável pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, composta por duas assistentes sociais e um psicólogo para apresentar a proposta do Grupo Focal, entregou cópias do Projeto de Pesquisa, bem como exemplos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Autorização para Pais ou Responsáveis em caso de jovens com menos de 18 anos, e também foi solicitada a autorização da Secretaria de Desenvolvimento, Defesa da Cidadania e da Mulher para a realização da atividade, que a concedeu. Os jovens foram convidados a participar de uma reunião extraordinária do grupo *Malungos do Gueto*, o qual, devido à falta de recursos, não vinha se reunindo de maneira ordinária.

A atividade ocorreu no dia 3 de novembro de 2017, às 14 horas, no salão de reunião do Creas Itapevi. Compareceram 12 jovens, sendo apenas uma do sexo feminino e os demais do sexo masculino. A idade variou entre 16 e 20 anos. A equipe do serviço também acompanhou o Grupo Focal, e além da pesquisadora, mais uma profissional externa desempenhou a função de observadora da atividade.

A atividade se iniciou com a apresentação da pesquisa, seus objetivos e demais questões de acordo com as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os presentes se apresentaram dizendo o nome, a idade e o bairro onde moravam no município de Itapevi. Em seguida foi transmitido no datashow dois clipes de expressão do *funk* paulista. O primeiro foi “Plaquê de 100”, de Mc Guimê e em seguida “Todas as Quebradas 5” de Mc Daleste, com as letras abaixo transcritas:

Contando os plaque de 100, dentro de um Citroën/ Aí nós convidamos,
porque sabe que elas vêm/ De transporte nós tá bem, de Hornet ou
1100/ Kawasaki, tem Bandit, RR tem também

A noite chegou, nós partiu pro Baile funk/ E como de costume toca a
nave no rasante/ De Sonata, de Azzera, as mais gata sempre pira/
Com os brilho da joias no corpo de longe elas mira/ Da até piripaque
do Chaves onde nós por perto passa/ Onde tem ferve tem nós, onde
tem fogo há fumaça

É desse jeitinho que é, seleciona as mais top/ Tem 3 porta, 3 lugares
pra 3 minas no Veloster/ Se quiser se envolver, chega junto, vamos
além/ Nós é os pika de verdade, hoje não tem pra ninguém

Contando os plaque de 100, dentro de um Citroën/ Aí nós convidamos,
porque sabe que elas vêm/ De transporte nós tá bem, de Hornet ou
1100/ Kawasaki tem Bandit, RR tem também

Nós mantém a humildade/ Mas faz sempre parar tudo/ E os zé
povinho que olha, de longe diz: que absurdo/ Invejoso se pergunta
tão maluco o que que é isso/ Mas se pergunta pra nós, nós vai
responder: churiço

Só comentam e critica, fala mal da picadilha/ Não sabe que somos
sonho de consumo da tua filha/ Então não se assuste não, quando a
notícia vier à tona/ Ou se trombar ela na sua casa, em cima do meu
colo, na sua poltrona⁶³.

Iluminada por Deus seja minha quebrada/ Minha voz rola pelo ar/
Fortaleço quem me fortalece/ De igual pra igual é nós que tá
Com dinheiro ou sem dinheiro/ De nave ou a pé/ Não nasci em berço
de ouro/ Mas meu filho vai, eu tenho fé/ No pião pela quebrada/ De
carro monstro/ De vai e vem/ Por onde passa chama atenção deles/ E
delas também/ O nosso estilo é Picadilha demais mais/ Cordão de
ouro pregadão/ E o boné zica pra trás/ E só quem tem fé em Deus/
Levanta a mão pro alto/ Os humilhados serão exaltados/ Vou
chegando de quebrada/ Fui, já deu minha cota/ Falsos amigos só
falam mal pelas costas/ Por onde vou de R1/ Vejo olhar de inveja/ Ai
que saudades dos tempos que eu ia de bicicleta/ Um pobre em bairro
nobre antes era piada/ A filha dos bacana sabe que os maloqueiro
tem mais pegada/ Pode rir de mim, mas não desacredita não/ É só
questão de tempo a minha goma no Leblon/ A Porsche Cayenne me
leva pra balada/ Oh molecote, ninguém entende nada/ Money mole,
não é eu vou no mó responsa/ Enquanto você pescou um peixe/ Eu
cacei várias onças/ Isso tudo, o curioso sempre tem que ser citado/
Minha vida é de rico mas minha alma é de favelado⁶⁴

⁶³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gyXkaO0DxB8>>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l_zakVip9j4>. Acesso em: 25 out. 2017.

Os clipes foram escolhidos devido a seu sucesso na internet e por apresentar semelhanças e diferenças entre si, que poderiam suscitar reflexões entre os jovens no Grupo Focal. O primeiro clipe, é um dos responsáveis por popularizar o *funk* ostentação na internet e se apresenta com uma produção profissional, onde Mc Guimê aparece cantando em ambientes luxuosos, com carros e motos caras, vestido com roupas de grife, utilizando diversas joias de ouro, espalhando várias notas de maços de cem reais, com mulheres jovens dançando e utilizando roupas curtas.

Já o segundo clipe, bastante conhecido, mas sem atingir a proporção do primeiro exemplo, aborda temas parecidos, mas tem uma linguagem diferente. O clipe de Mc Daleste apresenta uma produção menos profissional, onde o funkeiro também aparece em carros e motos luxuosos, tomando bebidas alcóolicas, jogando dinheiro para a câmera, e com mulheres se impressionando com sua ostentação, a diferença está no fato de que Daleste também aparece na sua quebrada – o bairro periférico de sua origem, e afirma que sua vida é de rico, mas a alma é de favelado.

Após a apresentação, o debate foi aberto, iniciando com perguntas genéricas como: *Vocês conhecem os clipes apresentados? Qual é a opinião de vocês sobre o funk? Vocês frequentam o baile funk?* E outras indagações que tinham como objetivo provocar o debate e a possibilidade de expressão de opiniões de maneira livre e aberta. No início, as participações ocorreram de maneira truncada, onde a maioria dos presentes se portou de maneira tímida e com receio de participar. Ao longo da atividade, que durou aproximadamente 70 minutos, os jovens foram se soltando e expressando suas opiniões de maneira mais livre e à vontade.

Os jovens iniciaram sua participação no Grupo Focal afirmando que conheciam os clipes apresentados e que estes eram antigos. O primeiro clipe foi lançado em 2012, e o segundo, provavelmente no mesmo período, ou em 2013 – ano em que o Mc Daleste foi morto em um show no interior de São Paulo. Para os jovens participantes, uma música lançada há quatro ou cinco anos é antiga e até ultrapassada, e tal fato demonstra a fugacidade presente no universo do *funk* – e em outras expressões artísticas, principalmente quando se trata de expressões inseridas em grandes veículos midiáticos e

veiculadas pelas produtoras de demais ramos empresariais, que de fato veem no *funk* uma grande fonte de lucro.

É inegável o maneira como o *funk* vem se consolidando como um dos estilos musicais mais lucrativos do mercado fonográfico, de modo que atualmente existem dezenas de MC's, várias produtoras, e muitos setores do mercado explorando essa fonte de lucro, o que explica a grande rotatividade dos artistas e suas músicas.

Ademais, há que se considerar que um jovem de 16 anos, há cinco anos atrás ainda estava na infância, com onze anos, e provavelmente não mantinha a mesma relação que mantém hoje com as expressões culturais e artísticas.

Uma das primeiras intervenções feita pelos jovens durante o Grupo Focal, ocorreu quando a pesquisadora indagou: “Vocês *gostam de funk?*” E a jovem Juliana⁶⁵ – única representante do grupo do sexo feminino, de 18 anos, negra – respondeu: “*tem uns funk que não gosta de muié, que fala muito mal de muié, mas tem uns que é da hora. Os funk que você passou, pra mim são suave*”. Perguntada sobre onde são tocados os funks que falam mal das mulheres, a jovem responde: “*Em todo lugar onde você vai...*”.

Quando a jovem finalizou sua fala, a pesquisadora indagou aos demais jovens presentes – todos do sexo masculino –, qual era a opinião dos mesmos sobre as questões colocadas por Juliana, eles riram e ficaram calados, e Juliana provoca os demais: “*Eles têm medo de mulher aqui, né?! Não vão concordar...*”. Todos riem da alfinetada, e o jovem Gustavo – 18 anos, branco – responde num tom um pouco indignado: “*Ah, é só putaria memo, a maioria dos funk memo é falando mal da muié memo, declamando*”. A pesquisadora indaga: “*Gustavo, e por que você acredita que esse tipo de funk faz tanto sucesso hoje?*”, e o jovem responde: “*Ah sei lá... eu acho que teve uma brecha aí, né, abriram alguma brecha, que até os menorzinho de menor idade começou a cantar, estourou o funk só de putaria*”.

A pesquisadora indaga novamente: “*Você tem 18 anos, se você lembrar do início da sua adolescência, quando você tinha uns 12 anos, para hoje em dia, você acha que isso é diferente?*” O jovem fica reflexivo, demora um pouco e responde: “*Tem uma lá que é... Aquele Furacão 2000 lá, nossa aquele*

⁶⁵ Todos os nomes dos participantes foram trocados a fim de preservar sua identidade.

estralava, hein... Era totalmente diferente de hoje, era crééééu (cantando o funk – todos riem muito). Agora é pau na cara e toma... (todos voltam a rir). Hojé é mais tipo assim, fala o nome, não esconde nada.”

O jovem Gustavo faz confusão entre o grupo Furação 2000 e Mc Créu. O primeiro, trata-se de uma produtora e gravadora que existe desde a década de 1980, trabalhando com a produção de shows e cd's de *funk* na cidade do Rio de Janeiro, vindo a lançar muitos artistas e grupos de expressão no universo do *funk* carioca. Já Mc Creu, é um Mc que obteve projeção nacional no ano de 2008, com o *hit* Dança do Creu, que apresentava a seguinte letra:

Pra dançar creu tem que ter disposição/ Pra dançar creu tem que ter habilidade/ Pois essa dança ela não é mole não / Eu venho te lembrar são cinco velocidades
A primeira é devagarzinho, e só aprendizado hein/ É assim o.../ Creeeuuu creeeuuu creeeuuu se ligou de novo creeeuuu/ creeeuuu creeeuuu
Numero dois/ Creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu, continua/ fácil né, De/ novo creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu/ creeuu
Numero três/ Creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu creeuu tá ficando difícil hein.. Creeu creeu/ creeu creeu/ creeu creeu creeu creeu creeu creeu creeu/ creeu ..
Agora eu quero ver na quatro hein / Creu tá aumentando mané/ creu creu creu creu creu/ creu creu creu creu creu creu creu creu creu ..
Segura dj vou confessar a vocês que eu não consigo/ a numero cinco hein dj velocidade cinco na dança do creeuu..creu creu creu creu creu creu creu creu creu creu creu/ creu creu creu creu creu creu creu creu creu creu (Dança do Creu – Mc Creu⁶⁶).

É possível observar que a letra não tem muito sentido para a leitura, mas basicamente, se trata de uma música dançante e um ritmo divertido, no palco, o artista era acompanhado por dançarinas, com roupas curtas que acompanhavam a dança, de acordo com a velocidade da música cantada e mixada pelo Dj, imitando movimentos do ato sexual. Nessa discussão é possível observar que se misturam duas questões: 1) a concreta e brutal objetificação e submissão da mulher nas letras, músicas, videocliques e no universo do *funk* como um todo e 2) a moral cristã incutida de maneira violenta nos jovens – sejam homens ou sejam mulheres, que tem extrema dificuldade em enxergar sexualidade como uma parte saudável e natural da vida humana, tanto do homem quanto da mulher. Quanto ao primeira questão, é possível afirmar que tal objetificação ocorre sim quando as mulheres são retratadas em

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mc-creu-funk/danca-do-creu.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

papéis estereotipados (a interesseira, que esnoba o funkeiro, até que esse fica rico e daí ela muda de ideia e passar a gostar do artista; a invejosa, que passa a existência odiando as outras mulheres e disputando a atenção dos homens; as mulheres que adornam ambientes, que aparecem nos cliques ou nos palcos de maneira descontextualizadas, apenas exibindo seus corpos em danças sensuais). E de fato, existem muitos exemplos de machismo explícito em letras que ofendem as mulheres de maneira direta, seja com justificativas moralistas ou sem justificativa alguma, apenas uma expressão da misoginia da sociedade. A segunda questão pode ser identificada quando os jovens afirmam que a ofensa às mulheres reside no fato das músicas falarem explicitamente sobre sexo, dizendo os nomes dos órgãos sexuais e descrevendo as práticas sexuais, numa concepção implícita de que as mulheres são mais sensíveis a tais fatos, ou se ofendem com tais músicas – reforçando a ideia machista de que as mulheres são mais delicadas e frágeis, enquanto os homens têm aptidão e são naturalmente familiarizados com as práticas sexuais.

O jovem Otávio – 16 anos, negro – intervém na discussão, afirmando: *“Esses funk fala tudo o que tem que falar, tia!”*, e a pesquisadora indaga: *“Mas o que você acha disso?”* E Otávio responde: *“Então, na minha visão assim eu queria tá ganhando o dinheiro deles lá...”*. E Lucas – 16 anos, negro – complementa: *“Eles tá fazendo o trabalho deles...”* Nesse ponto, Jeferson (17 anos – negro) faz a seguinte reflexão:

É agora se eles tão fazendo o dinheiro deles e eles tão achando que eles tão certo do jeito que eles tão fazendo... Quem sou eu pra questionar? Mas, tem todo esse porém né, e aí o que a senhora acha? (Jefferson, 17 anos).

A pesquisadora responde a questão do adolescente, de modo a não intervir nas reflexões, afirmando que existem muitas discussões sobre o *funk* putaria, e indaga se os jovens ali presentes já tinham ouvido falar sobre o projeto de lei que queria proibir o *funk*. Gustavo afirma então: *“É que funk é uma música que faz apologia... Apologia ao crime”*. Todos ficam em silêncio e a pesquisadora indaga: *“Mas só o funk faz apologia ao crime, e todos os funks fazem apologia ao crime?”*. Vários jovens respondem: *“Não!”*, *“Claro que não”*, *“Tem até uns forrozinho que é meio assim...”*

As condições de vida e trabalho da juventude da periferia não vem apresentando melhora no último período, ao contrário, há um avanço da precariedade nas relações de trabalho e do desemprego. Assim, muitos jovens veem o *funk* como um modo legítimo de outros jovens ganharem a vida, uma fonte de renda e sustento para famílias inteiras. De acordo com Moura:

O avanço da internet e das redes sociais tem criado um espaço privilegiado de divulgação do trabalho de muitos(as) jovens em diferentes segmentos artísticos e culturais. Os circuitos de Mc's do funk aprenderam a potencializar o poder de divulgação dessas mídias e por elas lançam a todo momento suas músicas e clipes.

[...] Todos os Mc's conhecidos atualmente como Guimê, Pikenô e Menor, Ludmila, dentre outros, eram jovens periféricos que passaram pelo processo de divulgação na internet. Hoje são referência para outros jovens pobres que se reconhecem na imagem desses(as) Mc's e os têm como espelhos. Uma comparação feliz é o que acontece ainda com os jogadores de futebol que inspiram milhares de garotos a buscar um futuro melhor na prática do esporte (2015, p. 31 e 32).

Apesar de compreender, e concordar com a colocação do autor sobre a importância que o *funk* vem incorporando como mais uma oportunidade no mercado de trabalho, entretanto parece no mínimo precipitado reivindicá-lo como uma maneira provável de melhora das condições de vida para os jovens da periferia. Assim como o futebol, o *funk* como meio de vida – principalmente nos exemplos dados pelo pesquisador –, se constitui como um mercado dominado por grupos econômicos com interesses alheios a melhorar a vida dos jovens da periferia, de modo que é muito difícil para um jovem ascender socialmente a partir de sua arte no *funk*. Os exemplos citados pelo autor, infelizmente são exceções que confirmam tal regra.

O grupo seguiu na reflexão, e a pesquisadora relembra os episódios de tentativa de criminalização do *rap*, dando o exemplo de grupos como o Facção Central, que teve músicas censuradas pela Justiça sob a justificativa de que faziam apologia ao crime. Júlio – 20 anos, branco – intervém pela primeira vez, afirmando: “*Só realidade mesmo eles falam...*”, se referindo ao grupo de *rap*. Quando perguntados sobre a existência de outras expressões do *funk*, os jovens relatam, falando conjuntamente: “*Tem vários tipos*”, “*Tem o ostentação*”, “*Melodia, tem ostentação, tem melodia que é mais tipo romântica...*” “*Tem de apologia*”. A pesquisadora então pergunta: “*E o funk ostentação, como é?*” Gustavo afirma “*Aquele do Guimê, o do Guimê mesmo é ostentação*”. Jefferson

então complementa: *“Fala de dinheiro, carro, fala de luxo né...”* Então a pesquisadora indaga: *“Mas esse funk ainda é muito famoso? Esse estilo ainda toca muito? Vocês escutam muito?”* E Ronald – 19 anos, branco – responde: *“Agora tá sendo mais putaria memo hein tia, as putaria tá atingindo mais a ostentação.”*

A pesquisadora pergunta: *“Vocês vão em baile funk? Quem aqui vai em baile funk?”* Todos começam a falar ao mesmo tempo, e Jhonatan – 17 anos, negro – indaga: *“Ir em baile funk em Itapevi? Só se for pra apanhar da polícia”*. Outros afirmam que vão e outros – quatro jovens afirmam que não. E pesquisadora indaga: *“Quais são as músicas que mais estão tocando hoje em dia lá?”* E Pedro Henrique – 17 anos, branco – afirma: *“Ah, tem um monte, mas agora tá tocando muito Mc Denis⁶⁷”*.

“E por que vocês vão no baile funk?”, indaga a pesquisadora, questão respondida de diversas formas: *“Não tem outra coisa pra fazer, né...”*, *“Tipo assim, é um lazer.”* *“E onde vocês vão em bailes funk?”*, volta a perguntar a pesquisadora. e Jhonatan responde, muito indignado: *“Eu vou em bailes da perifa, que tem um monte, mas a polícia tá acabando com tudo, chega batendo em todo mundo, sai fora...”*

A pesquisadora lembra os jovens sobre as recentes ações da Prefeitura Municipal de Itapevi com o objetivo de coibir os bailes funk, e indaga se existem opções de lazer para os jovens do município. Jeferson responde: *“Não, só nos outros lugar, aí tia, o lugar aqui tá feio, a gente pega o trenzão, vai lá pra São Paulo...”* *“E o que tem para fazer lá, indaga a pesquisadora”*: *“Ah dá pra fazer uma par de coisas, eu memo vou lá pra lá, na casa do pessoal, parque aquático, Villa Lobos, interagir, conversar, ter um diálogo, até memo quando tem tipo Holi⁶⁸... Que é umas eletrônica...”*

“E sobre o que o Jhonatan falou, da polícia chegar batendo em todo mundo, porque que vocês acham que existe isso? Por que acontece dessa forma?”, indaga a pesquisadora. E Paulo – 19 anos, branco – intervém pela primeira vez no debate afirmando: *“Porque tem muita droga!”* Nesse ponto,

⁶⁷ Mc Denis é um funkeiro que canta *funk* ostentação e proibidão, com pouca projeção na internet.

⁶⁸ Holi Festival é um evento que ocorre em vários países, inspirado num festival indiano de comemoração do início da primavera. No Brasil, o festival ocorre no sambódromo do Anhembi e a entrada é paga, custando entre 50 e 100 reais.

uma profissional do Creas pede desculpas por intervir e indaga: “Mas você acha por exemplo que num show de rock, num show de pagode, não rola droga?” E Paulo rebate: “Ah, sempre tem, mas não tanto igual no funk!” Mas Gustavo discorda: “Não é por isso! É porque sei lá, o funk é muito discriminado”. Nesse ponto a pesquisadora indaga: “Então, temos duas opiniões aqui, o Gustavo falou que é porque o funk é muito discriminado e o Paulo acha que é porque tem mais drogas, alguém tem outra opinião?”

E Paulo intervém novamente:

Eu acho assim, porque igual ela falou, tem muito funk que fala mal de mulher, mas se você vai num baile funk, tá tocando e falando mal de mulher, mas a menina tá lá dançando, porque se não tivesse a menina lá dançando eles ia fazer outro tipo de música. Só que tipo assim, hoje em dia, você vê menina de 12 anos, caindo no baile, baforando lança, no pagode cê já não vê isso... Porque já é assim, pessoa de 18 19 anos, agora menor não, baile de rua, vai muita droga, eles não tem, tipo, pra de menor, maior, se você tiver dinheiro você vai comprar o que você vai usar (Paulo, 19 anos).

Então o jovem Jeferson intervém discordando de Paulo:

A outra pergunta, porque a polícia vai mais em baile funk... Eles rotulam o público, eles vão lá porque o público é um pouco diferente, o funk não tá xingando ninguém, não tá colocando ninguém no meio, eles já vê que quem tá ali no meio, alguns gosta de usar droga, quer abusar, então... Quer achar alguma coisa errada vai ser lá, aí eles já barra nós, ele sabe que se for no funk se for na rua ele vai pega alguém lá, aí tem a procura lá, aí tem cara armado lá que ele já acha, tá tendo droga vai lá e pega também, tá tocando a música lá incomodando os outros... O baile não é fechado, já chega lá, já vê o público e já sabe mais ou menos qual é, o que é, escolhe quem eles quer e prende, agride por prazer próprio as vezes... (Jeferson, 17 anos).

A pesquisadora pergunta: “Então tem violência da polícia?” E Jonathan responde: “Acontece a maioria das vezes...”. A pesquisadora indaga novamente: “E sobre exemplo que vocês deram do show de rock e do baile funk, qual que é a diferença do público, quem vai mais no show de rock e quem vai mais no show de funk, tem alguma diferença?”. Pedro Henrique responde:

O show de rock ou é a pessoa com um pouquinho mais de condições financeiras, que os pais não gostam, aí procuram o rock porque acham que o pai vai descobrir menos, porque se for o funk dependendo da roupa o pai não vai autorizar, entendeu? Agora o rock não, o rock é a roupa preta lá e pronto, vai começar usar droga escondido, e o pai não vai nem tchum, aí se a menina vai o que, já

vai começar colocar roupa curta já vai querer ir na porta, aí dá ruim, o rock é mais escondido...(Pedro Henrique, 17 anos)

Nesse ponto é necessário refletir sobre o papel da mídia e seu poder de difusão das ideias dominantes, que criminalizam a pobreza e faz com que uma parcela dos próprios jovens da periferia acreditem em tais concepções forjadas sobre eles mesmos. A crença infundada de que as drogas ilícitas são consumidas e vendidas exclusivamente nas favelas, inclusive justificando a ação violenta da polícia dentro das periferias é incorporada de maneira atroz por muitos jovens da periferia.

Ainda sobre as diferenças entre o *rock* e o *funk*, o jovem Paulo também complementa:

Vai também da cultura do país, que o rock é internacional lá pros outros país que começou, o Brasil não, a cultura aqui era rap, a cultura aqui agora na comunidade é o funk, então nunca se vê rock tocando numa comunidade... É uma pessoa a cada 200... (Paulo, 19 anos).

Ainda que os jovens não tenham expressado de forma explícita, durante a realização do Grupo Focal foi possível perceber a atribuição de valor ao estilo musical *rock*, em relação ao *funk*. Ou seja, o *rock* é melhor que o *funk*, pois é apreciado por pessoas com maior poder aquisitivo, que se vestem de maneira mais aceitável socialmente e veio de fora, de forma que não toca nas comunidades. É possível sugerir que tais afirmações por parte dos jovens presentes no Grupo Focal é a reprodução de resquícios do discurso racista e criminalizador da pobreza da elite brasileira, que repudia as raízes culturais do país e tudo o que é produzido pela periferia.

Quando perguntados sobre exemplos de funkeiros da cidade de Itapevi, os jovens indicam Mc BA e lembram também de Mc Ferna – principalmente da música utilizada numa das epígrafes do Capítulo I deste trabalho: “*Eu vi os verme brotá*”, e retomam a discussão de apologia ao crime/ apologia ao uso de drogas. Nesse ponto, Jeferson questiona: “*Nada a vê, se uma pessoa escreve uma história da vida, ela é uma biografia, agora se é um funkeiro é apologia ao crime?*”.

Perguntados sobre o motivo do grande sucesso do *funk* ostentação em São Paulo, apesar da diminuição da popularidade do gênero na atualidade,

Jhonatan afirma: *“Ali não é bem a realidade da periferia, é mais tipo a vontade mesmo de ter os negócio, crescer na vida...”*

Sobre funkeiras mulheres, os jovens indicaram a funkeira Mc Gabi, como uma boa Mc, lembraram também da cantora Anitta e Ludmila, como cantoras do estilo *melody* ou melodia. Nesse ponto, os jovens passam a indagar as mudanças pelas quais as funkeiras passaram conforme foram atingindo o sucesso, assim como as mudanças nos nomes artísticos. Ronald: *“A Anitta⁶⁹ colocou até botox”*, Jeferson *“Eu vi umas fotos antigas aí, antes era uma, agora é outra.”* De acordo com Herschmann,

Foi especialmente na mídia televisiva que o funk, na sua versão mais romântica, brega – funk melody – alcançou um lugar de destaque no cenário midiático. Na realidade, a mídia televisiva talvez tenha sido uma das principais responsáveis pela presença do funk nos cadernos culturais dos grandes jornais (2005, p. 102).

Nesse ponto da atividade, a pesquisadora apresenta alguns dados sobre a origem do *funk* e do *rap*, discutindo com os jovens presentes alguns dados históricos, buscando trazer mais elementos para a discussão. A partir daí, os jovens passaram a fazer relação entre o acesso ao lazer e a condição de classe, afirmando que *“Nas baladas de São Paulo, só entra se tiver dinheiro”* (Gustavo) e a pesquisadora questiona: *“Será que basta apenas ter dinheiro?”*. Um profissional da equipe do Creas pede a palavra para contar um episódio ocorrido numa casa de shows em São Paulo:

Na Vila Mix. É uma casa que toca sertanejo, é bem famosa, é uma balada bem famosa, bem cara, e aí tinha uma pessoa que fica na recepção com uma lista de quem vai pra comprar antes, e quem vai pra comprar na hora, e é bem cara, e aí uma funcionaria foi demitida e ela processou a Villa Mix porque ela era obrigada tipo assim, a falar pras pessoas que chegavam lá, se a pessoa fosse negra, era pra falar que o nome dela não tava na lista, ou então pra falar que a casa tava cheia, pra quê? Pra pessoa não entrá, então mesmo que a pessoa tivesse mil reais pra entrar, não ia entrar, pela discriminação, né (Tiago, equipe Creas).

A pesquisadora então indaga aos jovens: *“E o que que é isso trazido pelo Tiago, como é o nome disso?”*, e dois jovens respondem *“Racismo!”*, *“Isso*

⁶⁹ Anitta é uma cantora que tem origem no *funk*. Atualmente tem projeção internacional cantando também outros estilos musicais, como o pop.

é *racismo*". E Jeferson complementa: "*É assim, muitas vezes não é só uma questão de ter dinheiro, né*".

"*E no baile funk, existe esse tipo de discriminação?*", indaga a pesquisadora. Otávio responde: "*Ah, existe não, hein tia, o preconceito, cola lá muito viado, tem lugar que cola vários tipos de pessoa...*" E a pesquisadora rebate: "*Mas rola outros tipos de preconceitos? Como a Juliana lembrou no começo da reunião...*" Otávio então, afirma: "*Ah, mas a gente tá lá é pra se divertir, não pra ficar arrumando conversa*". E Juliana arremata, e "*E as mulher que vai no baile funk, já vai ciente que vai ficar ouvindo difamação...*" A pesquisadora indaga, "*mas as mulheres gostam de ser tratadas assim?*" e Jhonatan responde "*A maioria gosta, né?*", "*A maioria não tem aquela postura né? Tem umas que bebe*", complementa Ronald.

Nesse ponto, o debate fica muito acalorado, de modo que ficou difícil identificar as falas com nitidez durante a transcrição, mas, basicamente, os jovens opinaram sobre o papel da mulher no baile *funk*, com a jovem Juliana, com apoio de uma técnica do Creas, rebatendo as colocações dos jovens do sexo masculino, que em sua maioria defendiam a tese de que, se uma mulher vai no baile funk, ela gosta de ser tratada como objeto. A pesquisadora precisou intervir e solicitar que os jovens se acalmassem e que cada um falasse de uma vez.

Jeferson solicita a fala e indaga: "*Agora eu fiquei na dúvida agora, se ela for lá e dançar se divertir ela é vulgar, se o cara for lá ele tá sendo diferente?*" e Juliana acrescenta: "*Será que ela, de repente, não pensa também como vocês, que ela não tem outro lugar pra ela ir, mas vai naquele que é a opção pra ela?*", e em seguida complementa: "*E tipo assim, dançar até o chão, isso quer dizer alguma coisa?*" Novamente todos os adolescentes começaram a falar ao mesmo tempo, de maneira eufórica, de modo que a pesquisadora solicita novamente que o grupo se acalme, e Ronaldo afirma: "*Mas não é só dançar até o chão... Tem umas meninas que gosta de dançar, de já sarrar os meninos...*" E Jeferson complementa: "*Aí, mas nós vai lá fazer tipo como? Ai você vai ali pra pegar um bocadinho, ali você vai na finalidade de quê? Dá uns beijo, conhece alguém diferente né, ali você não vai pra vulgarizar ninguém*".

Interessante verificar a mescla de opiniões dos jovens presentes no Grupo Focal, ou mesmo, observar os avanços que vão sendo dados coletivamente durante o debate sobre a discussão de gênero, machismo e direito das mulheres. Impossível não notar o papel fundamental desempenhado pela jovem do sexo feminino, que falou e defendeu aspectos importantíssimos para a discussão, e também, o quanto os jovens se interessam em debater tal tema, o que vem sendo cada vez mais escasso nos espaços da família, escola, mídia etc.

Depois de os jovens expressarem suas opiniões, a pesquisadora intervém e retoma a discussão da criminalização do *funk*, e indaga: “São muitas coisas que a gente precisa discutir, pensar... mas alguém aqui acha que tinha que ser proibido o funk? Alguém é a favor?” E Juliana responde: “Todos os funks, eu acho que não!” “Vocês concordam com o que vem acontecendo aqui, da ação da polícia nos bailes funk de Itapevi?”, indaga a pesquisadora. E Paulo responde: “Ah, mais esses rolê de Itapevi, todo mundo tá ciente que vai polícia, vai por que quer...” Ronald completa: “Vai mesmo!”. E Paulo propõe: “Deveria proibir os baile de rua”. A pesquisadora então, indaga: “Mas o baile que é na rua é de graça pra entrar, né? Aí quem não tem dinheiro não vai poder entrar no baile fechado então né?” E Paulo responde: “Aí vai pra outro lugar...” e Jefferson questiona: “Qual?”, e Paulo rebate novamente: “Tem o parque aquático, não que ele comentou aqui, tem alguma outra opção...”. Otávio propõe: “Tem o Santa Clara lá, depois de Amador Bueno”, e a pesquisadora indaga: “Mas é de graça?”. Jeferson então afirma “Tá difícil, hein?!”

Gustavo indaga : “Você vai pro baile fechado, você vai tomar o quê lá? Água? Até a água tem que pagar”, e Pedro Henrique complementa: “Até o banheiro... Tem que pagar um real no banheiro, pra ir pro banheiro tem que pagar um real”. E Juliana propõe: “Na verdade quem não tem dinheiro, não pode ter lazer, é meio isso né?”, mas Júlio discorda: “Não, depende, aí acha outra coisa né, que nem ver uns filmes...” Uma técnica do Creas então complementa a discussão: “E o Creas não faz mais passeio né, vocês sabiam que o Creas fazia altos passeios aí...”, e Lucas pergunta: “Mas o que aconteceu?” e a funcionária responde: “O governo não dá mais dinheiro pra

gente fazer nada”. Um dos jovens afirma: “*Não vai mais ter nem creche...*” E a pesquisadora afirma: “*Não querem que tenha mais nem hospital, nem escola, mas a gente não pode deixar isso acontecer, né? Temos que mobilizar não tem? Assim não dá, né?*”. Muitos concordam, mas aparentam pouco ânimo com a proposta de mobilização.

Quando a pesquisadora informou a finalização da atividade do grupo, alguns jovens indagaram “*Mas já?*”, e após serem informados de que tudo dito ali seria objeto de reflexão, no âmbito da academia, e as opiniões de todos poderiam ser apresentadas para outras pessoas, o jovem Jeferson quis saber o que havia de tão importante na opinião deles. O debate se prolongou por mais algum tempo, com dúvidas dos jovens sobre os motivos da pesquisa e outros assuntos relacionados ao tema.

Em duas ocasiões foi perguntado aos jovens presentes no Grupo Focal sobre a existência de outros tipos de *funk*, e os mesmos se limitaram a citar os estilos ostentação, melody, proibidão/putaria, e em nenhum momento citaram a vertente conhecida como *consciente* do *funk*. Dois jovens afirmaram conhecer algumas músicas do funkeiro Duda do Marapé, citado no Capítulo II, com músicas que refletem as agruras da vida no Sistema Penitenciário. Entretanto, é possível afirmar que o conhecimento da vertente *consciente* ainda se restringe a outros grupos sociais, e nesse momento não apresenta impacto significativo entre os jovens da periferia de Itapevi.

A análise do debate empreendido no Grupo Focal faz emergir diversos elementos que auxiliam a compreensão da relação estabelecida entre os jovens ali presentes com o universo do *funk*. Todos conheciam, alguns têm críticas a determinada vertente ou estilo, mas a maioria aprecia e expressa que o *funk* faz parte de sua vida desde criança. É possível afirmar que apenas a maioria aprecia o *funk*, e não a totalidade, devido ao fato de que ao menos dois jovens se abstiveram de participar de forma ativa do debate, de modo que não há como ter conhecimento de suas opiniões a tal respeito.

Em mais de um momento os jovens do sexo masculino apontaram que vão ao baile *funk* para se divertir, para encontrar amigos e para encontrar “as meninas”, ou seja, trata-se de um espaço de lazer, diversão, socialização e expressão de identidade, além do exercício da afetividade e sexualidade.

Também em diversas ocasiões, os jovens apontaram o baile *funk* como única opção de lazer, e por isso muito frequentado. À propósito, a única jovem do sexo feminino aponta tal questão, defendendo que as mulheres, mesmo sendo alvo de ofensas no baile *funk* o frequentam por se tratar do único espaço para diversão.

De forma implícita, e em alguns casos de forma explícita, os jovens apontaram a discriminação sofrida pelo universo do *funk*, inclusive reproduzindo algumas ideias estereotipadas sobre ele, como sendo um espaço de uso e tráfico de drogas, sobre os tipos de roupas utilizadas pelas meninas que vão ao baile *funk* etc.

Nitidamente, os jovens itapevienses sentem os impactos da ação da atual prefeitura com a política de tolerância zero aos pancadões, como citado no Capítulo II deste trabalho, pois apontam de maneira contundente que a polícia reprime os jovens que frequentam esses espaços.

Tais elementos reafirmam o caráter penal, racista e antipolular da Prefeitura Municipal de Itapevi, assim como dos governos Estadual e Federal, que além de não garantirem políticas públicas à população jovem da classe trabalhadora, criminaliza suas maneiras de se expressar e se divertir.

De modo geral, foi possível verificar a identidade entre os jovens de Itapevi que participaram do Grupo Focal e o universo do *funk*. Sobre as letras e conteúdos dos *funks* mais ouvidos pelos jovens é possível afirmar que se apresentam de forma irrefletida, e de certa maneira, despolitizada, como já apontado por Cymrot:

[...] a produção musical dos funkeiros não tem muito sentido em si mesma, a não ser divertir, animar os bailes, e é efêmera, sem maiores preocupações com a qualidade musical, abordando muitas vezes de forma jocosa, temas diretamente ligados ao universo das vivências juvenis, como amor, sexo, amigos, o baile e as galeras, demonstrando não só o desejo de reconhecimento e reinscrição de seu mundo na cidade, mas de vivenciarem a própria condição juvenil e resgatar o prazer e o humor negados em um cotidiano dominado pela lógica instrumental dominante (2011, p. 167).

Assim, é necessário mais do que voltar a atenção para os conteúdos das letras e para a qualidade técnica das batidas e ritmos, compreender a importância da juventude pobre e negra da periferia exercer o básico direito de se divertir, se expressar e vivenciar sua condição juvenil, ainda que tais

vivências apresentem elementos contraditórios, como a reprodução das opressões já apontada.

O funk é ameaçador porque, apesar de ter se popularizado, ainda é identificado com aglomerações de jovens negros, pobres e favelados, um setor visto de forma generalizada e estereotipada como ameaçador em uma sociedade racista [...]. O funk é apropriado pelo mercado e reproduz valores da sociedade ampla, como o consumismo. Contudo, ainda que não intencionalmente, questiona outros valores, como a ética do trabalho, o mito da democracia racial e reivindica uma democratização do espaço público (CYMROT, 2011, p. 197).

O *funk*, de sua origem e história, até sua existência na atualidade é expressão da resistência da juventude negra e periférica, que reafirma seu direito de cantar, dançar e se divertir no seu território, ainda que tais práticas sejam criminalizadas pelo Estado, discriminadas e inferiorizadas pela mídia e estigmatizadas pela sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a relação estabelecida entre os jovens pobres e negros da periferia e o universo do *funk*, de modo a compreender os sentidos que tal expressão sociocultural apresenta na realidade e na vida cotidiana da periferia.

A temática estudada se revela como uma necessidade de aprimoramento da dimensão educativa do fazer profissional da pesquisadora, que no trabalho como assistente social desenvolvido com jovens da periferia da Região Metropolitana de São Paulo, constatou a identidade desses jovens com o universo artístico-cultural do *funk*, assim como o repúdio a tal universo de outros grupos sociais, seja nos espaços das políticas públicas, seja no discurso mais amplo da mídia e das redes sociais. Estas constatações suscitaram a busca pelos elementos fundantes do próprio *funk*, assim como da constituição dessa juventude naquele território, como forma de construir um entendimento mais amplo dessa identidade e propor elementos para qualificar o debate sobre as culturas juvenis periféricas junto aos próprios jovens, na prática profissional.

A pesquisa se deu numa conjuntura adversa para os sujeitos do estudo, assim como para toda a classe trabalhadora brasileira, que vem sofrendo os ataques do Estado, que a serviço do grande capital arrocha os direitos dos trabalhadores, precariza a oferta de políticas públicas e garante a manutenção dos lucros das grandes empresas e os privilégios vergonhosos da podre classe política brasileira. Tal contexto se acirrou no último ano e meio, mas também é expressão e continuidade da política neoliberal e desenvolvimentista implantada pelos governos petistas, que de maneira traidora, não honraram suas promessas históricas e promoveram um governo de conciliação de classes, que seguiu favorecendo o capital, concedeu algumas poucas conquistas à classe trabalhadora, e manteve diversas expressões da barbárie na periferia, como o genocídio da juventude negra.

A realidade econômica, social, política e cultural das periferias brasileiras e, em especial, da Região Metropolitana de São Paulo, é marcada pelo advento do capitalismo no Brasil. A necessidade de mão de obra para as indústrias e o consequente crescimento desordenado das cidades ao entorno

das fábricas, bem como a falta da atenção do Estado e do capital para as demandas dos trabalhadores empobrecidos, são elementos importantíssimos para se dimensionar as configurações atuais dessas periferias. Entretanto, outro fator, muitas vezes ignorado na explicação de como se constituiu a modernidade brasileira, foi a existência da questão racial como estrutural na constituição do capitalismo brasileiro.

Depois da chamada abolição dos africanos sequestrados e escravizados no Brasil não houve política alguma de integração do negro à sociedade industrial na cidade de São Paulo, ao contrário, o apelo ao embranquecimento da sociedade e o estímulo à vinda dos imigrantes para o trabalho rural e urbano relegaram os negros libertos não apenas aos piores postos de trabalho, mas à impossibilidade de vivenciarem a propagada liberdade dos tempos modernos, obrigando-os a uma vida marginal e favelizada. Advém também do período da escravidão, e pós-Abolição a herança ideológica racista de associação da população negra ao banditismo, periculosidade e vadiagem.

Todos esses fatores têm fundamental importância para o entendimento do *funk*, sua identidade periférica, bem como o processo de estigmatização e criminalização sofrido pelo universo artístico-cultural na atualidade, como foi discutido ao longo da presente dissertação.

As incursões teóricas da pesquisa possibilitaram desde a compreensão da origem negra e guetizada do *funk* com sua gênese entre os negros e latinos estadunidenses, sua raiz em comum com o *hip hop* e o *rap*, até sua chegada ao Brasil e consolidação no Rio de Janeiro na década de 1970. Também foi estudada a posterior chegada do *funk* ao Estado de São Paulo, primeiro na Baixada Santista, e em seguida na Zona Leste da capital, a qual reinventa o *funk*, ao propor a ostentação, que é transformado em cada canto da periferia de São Paulo na atualidade, embora aparentemente venha perdendo força entre os jovens. Atualmente, o *funk* apresenta diversas vertentes, desde a combatividade LGBT, até o *funk* consciente, e o proibidão, ostentação e putaria, os três últimos, mais populares na parcela estudada da juventude.

Uma concepção mais ampliada de educação, que ultrapassa o modelo tradicional e adequado às necessidades do capital e que contribua para a

liberdade e emancipação, bem como para a dimensão educativa do Serviço Social também foram alvos de reflexão, pois se trata de questões fundamentais para pensar o trabalho das assistentes sociais junto à parcela jovem da classe trabalhadora à luz dos princípios e valores do Projeto da Profissão.

Os jovens ouvidos demonstraram entender o *funk* como uma realização de lazer e de divertimento, num contexto de poucas opções disponíveis para a realização de tais esferas fundamentais da vida de qualquer ser humano, e vislumbram algumas de suas contradições, mas argumentam que o objetivo de frequentar os espaços do *funk* é a alegria e a socialização. Percebem também que o racismo motiva a discriminação social e a violência policial sofrida pelos jovens nos bailes *funk*.

Também foi possibilitado à pesquisadora encontrar outros pontos de interesse para a continuidade da pesquisa futuramente. A atuação política das funkeiras transexuais que tem expressão atualmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro apresentando uma forte crítica à moral cristã e à transfobia, assim como a percepção das jovens mulheres da periferia que frequentam os bailes *funks* sobre a representação feminina em tais espaços, além dos discursos utilizados pelos governos municipais para empreender a proibição aos bailes funk nas periferias são questões que se apresentaram de forma contundente na trajetória deste estudo e serão revisitadas oportunamente.

Nos estudos desta pesquisa, foi possível verificar a tendência à criminalização das expressões culturais negras, pobres e periféricas, desde o Brasil colônia, e atualmente as tentativas de criminalização que seguem buscando calar e impedir aglomerações negras. Considerando a importância do racismo para a manutenção do capitalismo, assim como qualquer opressão que divida os trabalhadores, é possível afirmar que o *funk*, de alguma maneira também representa o questionamento aos valores da sociedade capitalista, principalmente seu moralismo e sua democracia racial.

Dessa maneira, foi possibilitada a compreensão de que, quando os jovens pobres e negros da periferia, de Itapevi, de São Paulo e de outros Estados do Brasil produzem, fruem e vivenciam o universo artístico-cultural do *funk* também estão transgredindo o *status quo*, ainda que de modo contraditório, e resistindo aos processos de discriminação, invisibilização e

estigmatização fomentados pelos valores racistas e capitalistas da sociedade e do Estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (coord); CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Brasília-DF: Flacso – Brasil, OEI, MEC, 2015.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2004 (n.79, set. 2004).

ALVES, Giovanni. Crise de valorização e desmedida do capital: breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. In: *Crise do Capitalismo: Questões Internacionais e Nacionais*. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

ARCARY, Valério; *Um reformismo quase sem reformas: Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2014.

BARROCO, Lucia; TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BELCHIOR, Douglas Elias. Liberdade e Direitos Humanos da População Negra: 120 anos depois. In: *Direitos Humanos no Brasil 2008*. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

BELO, Rafaela Freitas. *O bonde passou: videoclipes de funk ostentação e o mercado brasileiro de internet*. 168f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidade da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

BIANCHI, Álvaro. “O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito”. *Blog Esquerda Online*. 2013.

BRASIL. *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília. 2014

BRITES, Cristina Maria. *Ética e Uso de Drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos*. 148f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em

Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

CAETANO, Mariana Gomes. *My Pussy é Poder – Representação feminina através do funk: identidade, feminismo e indústria cultural*. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades). Curso de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

CAMARGOS, Roberto. *Rap e Política: Percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília, 2009.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: *Desenvolvimentismo e a construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

CERNEKA, Heidi Ann. Encarceramento em massa: Lembrando que a massa tem nomes, família e histórias. In: APROPUC. *Puc Viva*. São Paulo, 2010, p. 09 a 13 (N. 39. Setembro/Dezembro de 2010).

CINCO, Renato. O debate sobre a legalização das drogas: a falência da política proibicionista. In: CFESS. *Revista Inscrita*. Brasília, 2013, p. 55 a 63. (Ano 10, n.14. Dez/2013).

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Grupos Focais e Pesquisa Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

CYMROT, Danilo. *A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica*. 205f. Dissertação. (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. 412f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. O jovem como sujeito social. In: ANPEd. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2003. p. 40 a 53 (N. 24. Set/ Out/ Nov/ Dez/ 2003).

FELIX, Iara. *Mulheres Negras e Baile Funk: sexualidade, violência e lazer*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Lazer, Cultura e Educação). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HERSCHMANN, Micael. *O Funk e o Hip Hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área jurídica. In: *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octávio. *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JORNAL O GLOBO. "Chacina em Itapevi aconteceu e local para uso de drogas". Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/chacina-em-itapevi-aconteceu-em-local-para-uso-de-drogas-diz-pm.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. "Chacina em Osasco e Barueri veja o que se sabe e o que falta esclarecer". Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/chacina-em-osasco-e-barueri-veja-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. “Chacina deixa ao menos quatro mortos em Osasco”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/chacina-deixa-ao-menos-quatro-mortos-em-osasco.ghml>>. Acesso em: 14 abril 2017.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Adriana Carvalho. *Funk-se quem quiser no batidão negro carioca*. 177f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: *Desenvolvimentismo e a construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOURA, Marco Aurélio Cardoso. Quando o funk é trabalho. In: *Noiz por Noiz: O corre dos funkeiros*. *Revista do Observatório da Juventude – Zona Norte*. São Paulo (Novembro de 2015).

NETTO, José Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 64 a 91.

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI. “Itapevi inicia ações do Cidade Segura: iniciativa tem como objetivo combater bailes *funk* e pancadões”. *Diário Oficial*. 2 de junho de 2017.

_____. *Diário Oficial*, 2017, p. 439. Disponível em: <http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_gabinete/diario_oficial/2017/439.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2016*. São Paulo. Rede Social de Cidades, 2016.

_____. *Mapa da Desigualdade 2017*. São Paulo. Rede Social de Cidades, 2017.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2008.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *HIP HOP A Periferia Grita*. s/l: Fundação Perseu Abramo, s/d.

SADER, Emir. In: MÉSZÁROS, István. Prefácio. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Milton. *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Fernando Ponçado Alves. A institucionalização e suas consequências: “1,5 milhão de pessoas presas no Brasil”. In: APROPUC. *Puc Viva*. São Paulo, 2010. p. 30 a 34. (N. 39. Setembro/Dezembro de 2010).

WASELFISZ, Júlio. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Flacso Brasil, 2016.

Referências de canções

BONDE DA JUJU; BACKDI e BIO-G3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dfkW81o6uPc&t=77s>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DUDA DO MARAPÉ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4YQc35XEm4Q>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Mc BRUNO HENRI. “Funk não é crime”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l_zakVip9j4>. Acesso em: 25 out. 2017

Mc CAROL – “Não foi Cabral”. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mc-carol/nao-foi-cabral/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

Mc FÉRNA DA C1 – “Eu vi os verme brotá”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NCaV-CJOTXk>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Mc GALO e Mc DOLORES. “Funk-se quem quiser”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s8M1xajqAkg>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Mc GARDEN. “Gol do Adversário”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7zBgaXXZ8GI>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Mc GARDEN (Lucas Rocha da Silva). Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mc-garden/encostei-no-baile-funk/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

Mc LINN DA QUEBRADA. “Bomba pra caralho”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gJpY3p6zf5c>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Mc MENOR PART. McRenan R5, Mc Guuh, Mc Bob Boladão. “Funk não é crime”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qr7cg_1U_10>. Acesso em: 5 out. 2017.

.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “JUVENTUDE, SUBJETIVIDADE E ARTE: Os sentidos do funk para a juventude negra e pobre de Itapevi, na periferia da Região metropolitana de São Paulo”

Os objetivos deste estudo consistem em apreender as relações estabelecidas entre os jovens da periferia da Região Metropolitana de São Paulo e o universo sociocultural e político do funk.

Caso você autorize, você irá participar de grupo focal com jovens que residem no município de Itapevi, no qual será convidado a expressar sua opinião sobre as temáticas discutidas.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da mesma. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que é acompanhado. Há riscos quanto a sua participação sendo esses riscos psicológicos. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. Em estudos parecidos com esse, os participantes contribuem expressando suas opiniões e percepções sobre determinadas problemáticas da realidade, e a sua participação pode contribuir para ampliar os saberes a respeito da importância de determinadas culturas juvenis para a socialização das mesmas, bem como eliminar os processos de criminalização sofrida por essas expressões culturais. As suas respostas não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Contato da pesquisadora: Nicole Barbosa de Araujo (Assistente Social – Mestranda em Serviço Social), telefone: (11) 4619 XXXX.

Caso você tenha dificuldade de entrar em contato com a pesquisadora, comunique a situação ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, localizado no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 – Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail:cometica@pucsp.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

ANEXO B: ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1 – Qual a opinião de vocês sobre os clipes apresentados?
- 2 – O clipe mostra a realidade da periferia?
- 3 – O que vocês pensam sobre o funk?
- 4 – Vocês vão à bailes funk? Onde? Como se sentem?
- 5 – O que é lazer?
- 6 – Vocês já ouviram falar sobre as propostas de proibição do funk?
- 7 – Por qual motivo querem proibir o funk?
- 8 – O que vocês pensam sobre as mulheres no funk? As Mc's e as frequentadoras?
- 9 – Vocês conhecem alguém que trabalha com funk?